

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

JULIANA MARTINS DE OLIVEIRA SANTOS

**ENTRE BOMBAS:
COTIDIANO DA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1924**

**GUARULHOS
2019**

JULIANA MARTINS DE OLIVEIRA SANTOS

**ENTRE BOMBAS:
COTIDIANO DA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1924**

Monografia de conclusão de curso apresentada
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Orientador: Edilene Teresinha Toledo

**GUARULHOS
2019**

Santos, Juliana Martins de Oliveira.

Entre Bombas : Cotidiano da cidade de São Paulo durante a Revolução de 1924/ Juliana Martins de Oliveira Santos. Guarulhos, 2019.

70 f.

[Monografia de conclusão de curso] ([Licenciatura] em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientador: Edilene Teresinha Toledo.

[1. História do Brasil]. [2. Revolução de 1924]. [3. Cidade de São Paulo]. I. Edilene Teresinha Toledo. II. Entre Bombas:Cotidiano da cidade de São Paulo durante a Revolução de 1924.

JULIANA MARTINS DE OLIVEIRA SANTOS
ENTRE BOMBAS:
COTIDIANO DA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE A REVOLUÇÃO DE 1924

Monografia de conclusão de curso apresentada
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em História
Universidade Federal de São Paulo
Orientador: Edilene Teresinha Toledo

Aprovação: ____/____/____

Profa. Dra. Orientadora Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradecerei primeiramente e principalmente à minha família, minha mãe Sonia, meu pai João e meus irmãos Mariana e Bruno, por todo o suporte, em toda minha vida, durante a graduação e na realização da monografia. Sou muito grata a vocês.

Agradeço também aos amigos que fiz no decorrer da graduação, em especial Rita, Sheyla, Eduardo e Tatiana. Sem vocês esses 5 anos não teriam tido graça e teriam sido muito mais difíceis do que foram. E a uma amiga em especial, que embora não estude na Unifesp, me auxiliou muito ao longo da graduação, Anne muito obrigada pelas conversas, apoio e encorajamento.

Agradecer à Unifesp, ao Departamento de História e a todos os docentes que enriqueceram a minha formação de uma maneira que eu não pensava ser possível. Em especial à Professora Edilene, que me orientou neste trabalho, me acalmou quando eu achava que não estava dando certo, por toda a sua gentileza e apoio. Aos professores Fernando Atique e Denilson Botelho, que aceitaram o convite para compor a banca e que foram muito marcantes na minha formação.

Agradeço igualmente aos funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, que me acompanharam nos 2 anos de estágio que eu fiz lá, em especial às estagiárias que estiveram comigo nesse período, Michelle, Bruna, Raquel e Milena, por toda a troca de experiências da vida acadêmica, e também ao Ubirajara, meu supervisor de estágio, que sempre me encorajou a pensar na minha pesquisa, originada de um trabalho que eu fiz durante o período que estagiei no arquivo.

Por último, agradeço a todos os funcionários da Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo, que me auxiliaram na consulta às fontes da minha monografia. A biblioteca e arquivo possuem um acervo vasto e muito importante, que deveria receber mais pesquisadores.

RESUMO

Muito se estuda sobre revoltas populares e militares ocorridas no Brasil durante a Primeira República. Canudos, Contestado, Revolta da Vacina, entre outras, foram processos históricos amplamente estudados na historiografia e difundidos no ensino básico, seja em escolas públicas ou privadas. Curiosamente a cidade de São Paulo passou por um importantíssimo período revolucionário no ano de 1924, mas que pouco discutido, tanto na academia, mas principalmente na vida pública da cidade. Essa revolta conhecida na produção historiográfica como “Revolução Paulista de 1924” faz parte de uma série das chamadas “Revoltas Tenentistas”. Este trabalho tem como objetivo pensar o cotidiano da cidade durante a ocupação militar, suas consequências e a atuação política municipal durante o período.

Palavras-chave: [História do Brasil]. [Revolução de 1924]. [Cidade de São Paulo].

ABSTRACT

Much is studied about popular and military revolts that occurred in Brazil during the First Republic. Canudos, Contestado, Vaccine Revolt, among others, were historical processes widely studied in historiography and disseminated in basic education, whether in public or private schools. Interestingly, the city of São Paulo went through a very important revolutionary period in 1924, but that was little discussed, both in the academy, but especially in the public life of the city. This revolt known in the historiographical production as the "Paulista Revolution of 1924" is part of a series of so-called "Tenentist Revolts". This paper aims to think about the daily life of the city during the military occupation, its consequences and the municipal political performance during the period.

Keywords: [History of Brazil]. [Revolution of 1924]. [São Paulo City].

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO •	7
CAPÍTULO I – A “REVOLUÇÃO DE 1924” EM SÃO PAULO •	14
CAPÍTULO II – O COTIDIANO EM TEMPOS NÃO COTIDIANOS: A CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE O CONFLITO •	26
CAPÍTULO III – A AUSÊNCIA E A PRESENÇA: OS PODERES POLÍTICOS MUNICIPAIS FRENTE A “REVOLUÇÃO DE 1924” •	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS •	53
REFERÊNCIAS •	55
ANEXO A – •	61

INTRODUÇÃO

A “Revolução de 1924”, também conhecida como Revolta Tenentista, Rebelião de 1924, Sedição Militar e até mesmo de “marshoca” pelos seus opositoristas contemporâneos, foi um levante militar ocorrido na cidade de São Paulo, ao longo do mês de julho de 1924 e que tem fortes ligações com outros movimentos, ocorridos antes e depois de 1924. Esse movimento não pode ser entendido sem levar em conta os episódios de contestação do governo federal vigente e seus valores. Neste trabalho foi adotado o uso do termo “revolução” e “revolucionário” para utilizar o termo mais encontrado nas fontes analisadas, sendo de indivíduos envolvidos ou não com o movimento. Para a definição do uso do termo “revolução” também foi pensado a partir do que diz Vavy Pacheco Borges e Ilka Stern Cohen em um artigo intitulado “A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932”, que foi publicado no terceiro volume da coleção “História da Cidade de São Paulo”, organizada por Paula Porta. Neste artigo, as autoras afirmam que, no período anterior à 1930, os militares envolvidos nos levantes de 1922 e 1924 se auto intitulavam “revolucionários”, pois se viam na vanguarda de uma revolução popular que se realizaria em um momento próximo: “Assim, naquele momento o uso do termo revolução remete tanto às transformações estruturais quanto a um simples movimento armado”¹

Figurada entre os acontecimentos que ficaram conhecidos como resultantes das ações do Movimento Tenentista, como o levante dos “18 do Forte de Copacabana”, quando as disputas políticas ocasionadas pela corrida eleitoral para o mandato que se iniciaria em 1922 e das cartas publicadas pelo jornal Correio da Manhã, onde Bernardes faz diversos insultos ao ex-presidente Hermes da Fonseca, que voltava ao Brasil para ser presidente do Clube Militar. Em repúdio à carta atribuída ao candidato à presidência, o Clube fez uma moção em que pedia uma reação do Exército. Artur Bernardes negou a autoria das cartas, porém sua relação com uma parcela das forças armadas ficou extremamente frágil. A situação pioraria com a intervenção que Epitácio Pessoa impôs ao governo de Pernambuco, em que Hermes da Fonseca mantém correspondência com Jaime Pessoa, comandante das forças federais daquele

¹ BORGES, Vavy Pacheco e COHEN, Ilka Stern. A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932. In: Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo. São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005. p. 291.

Estado². Esse contato resultou na prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, ocorridos, respectivamente, nos dias 02/07/1922 e 03/07/1922³.

No dia 05 daquele mesmo mês, ocorreu um levante inicial de militares do Forte de Copacabana, mas também na Vila Militar, no Forte do Vigia, no 1º Batalhão de Engenharia e na Escola Militar do Realengo⁴, ambos na capital federal na época, o Rio de Janeiro. Os militares revoltosos bombardearam postos do Exército, porém foram fortemente reprimidos, tendo sido derrotados em um confronto na Avenida Atlântica. Alguns sobreviventes, gravemente feridos, fugiram do Rio de Janeiro, tendo participado posteriormente da “Revolução de 1924” em São Paulo, como o tenente Siqueira Campos. O então Presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, decretou estado de sítio para que a posse de Artur Bernardes ocorresse sem uma nova tentativa de levante militar.

A Coluna Miguel Costa-Prestes também figura dentro do Movimento Tenentista e foi resultado da união de forças militares sul rio-grandenses lideradas por Luís Carlos Prestes, capitão do 1º Batalhão Ferroviário e dos militares envolvidos na “Revolução de 1924” em São Paulo, liderados por Miguel Costa⁵, em 1925, com o intuito de possibilitar a expansão dos ideais da Revolução para outras regiões do Brasil. Foi criada a 1ª Divisão Revolucionária, comandada por Miguel Costa, sendo dividida em duas brigadas, a São Paulo, sob o comando de Juarez Távora, importantíssima figura da “Revolução de 1924” paulista, e a Rio Grande, liderada por Prestes. Isidoro Dias Lopes, o líder principal dos conflitos ocorridos na cidade de São Paulo, continuaria apoiando os combates, porém exilado na Argentina⁶. As brigadas foram reorganizadas algumas vezes tendo em conta desentendimentos e rivalidades entre os paulistas e os gaúchos, o que poderia colocar em risco a organização da Marcha⁷.

² CASTRO, Maria Clara Spada de. Além da Marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa – Prestes. Guarulhos: Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 2016. 167 f., 2016. p.20.

³ CORRÊA, Anna Maria Martinez. Rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 41.

⁴ CPDOC. Movimento Tenentista. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista> Acesso em 26/09/2019.

⁵ CPDOC. Coluna Prestes. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/ColunaPrestes>. Acesso em 26/09/2019

⁶ CASTRO, op. cit. p. 55.

⁷ Idem, p. 61.

Além das disputas internas, a Coluna ainda sofreu com um grande número de deserções, causadas principalmente pela falta de munição, de armamento e de alimentação⁸, o que colocava os militares em desvantagem nos combates com as forças legalistas.

A Coluna percorreu diversos Estados brasileiros, a começar pelo Mato Grosso, por onde foi possível acessar desviando pelo Paraguai. Naquele Estado, encontrou forte reação de tropas governistas e também a desaprovação da população local, que havia tido acesso a uma propaganda antirrevolucionária⁹. Em junho de 1925, a Coluna seguiu para Goiás, onde evitou combates desnecessários¹⁰. Porém também foi repelida pela população local, que se alistava em Batalhões Patrióticos, organizados pelos poderes locais. Após os insucessos na região central do Brasil, a Coluna foi bem recebida nos Estados do Nordeste, primeiramente adentrando no Maranhão, onde lideranças oposicionistas do Partido Republicano maranhense apoiavam a ação dos revolucionários. A Coluna percorreu os Estados do Piauí (onde um de seus líderes, Juarez Távora, foi preso), Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e na Bahia, tendo sido esse último palco de uma intensa repressão por grupos de cangaceiros, que receberiam recompensas para derrota-los¹¹. Os chefes da Coluna, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes decidem, visto as adversidades encontradas, partir para o exílio, percorrendo novamente Goiás e Mato Grosso, retirando-se na Bolívia.

Para a maior parte da historiografia, e para o próprio Getúlio Vargas¹², a Revolução de 30 fecha a atuação do Movimento Tenentista, em quanto movimento organizado. Das figuras envolvidas na “Revolução de 1924” e na Coluna Miguel Costa-Prestes e que tiveram

⁸ Idem, p.74.

⁹ Lanna Júnior, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 333.

¹⁰ Idem, p. 333.

¹¹ Idem, p. 338-39.

¹² Getúlio Vargas, em seu discurso “A Revolução e o regime legal”, diz o seguinte: “Os primórdios da Revolução Brasileira aparecem nos episódios de continuada rebeldia de alguns vanguardistas [...] Quem não perceberia, porém, o potencial da revolta em tensão, a que faltava, apenas, agente propulsor?”. Apud BORGES, Vavy Pacheco. Os sentidos do Tenentismo: Memória, história e Historiografia. Tese de doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.1987. p. 2.

participação na Revolução de 30, se destacam Juarez Távora¹³, João Alberto¹⁴ e Miguel Costa¹⁵, que se alinharam com o ex-presidente Artur Bernardes, contra quem os movimentos anteriormente citados propunham a deposição¹⁶. Justamente por conta dessa união com as antigas oligarquias, que Luís Carlos Prestes decidiu não participar da Revolução e lança um manifesto defendendo o Socialismo e afirmando que a simples troca de líder do poder não resolveria as necessidades da população¹⁷.

A Revolução de 1930 foi um golpe de Estado praticado contra o então presidente Washington Luís e o seu sucessor, Júlio Prestes, que havia vencido as eleições contra Getúlio Vargas, apoiado pela Aliança Liberal. No dia 03 de outubro de 1930 ocorreram levantes militares no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Nordeste, tendo o grupo militar gaúcho se deslocado em direção a São Paulo. No dia 24 de outubro Washington Luís é preso, por negar sua renúncia e formou-se uma Junta Provisória, que mais tarde seria passada para Getúlio Vargas¹⁸.

Após a Revolução de Getúlio, houve uma disputa pelo poder político no Estado de São Paulo, protagonizada pelos militares envolvidos na luta e o Partido Democrático. É justamente nessa disputa que nasce o termo “tenentismo”, que não havia sido usado durante os levantes de 1922, 1924 e na Coluna Miguel Costa-Prestes¹⁹. Para desvincular a imagem dos militares como revolucionários, os políticos do Partido Democrático começam a usar o termo tenentismo em um tom pejorativo, aliado a uma intensa propaganda nos veículos da imprensa,

¹³ Juarez Távora nasceu no Ceará em 1898, filho de Joaquim Antônio do Nascimento e de Clara Fernandes Távora do Nascimento, proprietários de uma fazenda. Participou do Levante de 1922 no Rio de Janeiro, quando trabalhava na Escola Militar do Realengo. É irmão de Joaquim Távora, também um dos líderes da “Revolução de 1924”. Juarez Távora foi ministro da Viação em 1930 e ministro da Agricultura em 1932-1934. PANTOJA, Sílvia. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora>. Acesso em 28/09/2019.

¹⁴ Foi Interventor do Estado de São Paulo e Deputado Estadual na Assembleia Constituinte de Pernambuco em 1935. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JA. Acesso em 28/09/2019.

¹⁵ Foi nomeado comandante da Força Pública de São Paulo, um dos fundadores da Legião Revolucionária, mais tarde transformada no Partido Popular Paulista. Participou da Aliança Nacional Libertadora, perdeu sua patente e sua cidadania brasileira. Foi preso após a instauração do Estado Novo em 1937. MAYER, Jorge Miguel. Miguel Costa. www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-alberto-crispim-da-costa

¹⁶ CPDOC. Revolução de 1930. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>. Acesso em 28/09/2019.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ BORGES, op. cit. p. 126.

ligada aos seus líderes, em que defendiam que o poder deveria ficar com os políticos mais tradicionais e que a contribuição dos militares deveria se limitar a luta armada²⁰.

A referência ao “movimento tenentista” cria uma ideia de grupo coeso, homogêneo e unificado, o que não se sustenta após uma análise mais aprofundada sobre esse grupo. Desde o levante de 1922, a “Revolução de 1924” e na formação da Coluna, é possível verificar que os objetivos desses movimentos não eram os mesmos, compartilhados por todos no grupo, o que inclusive foi causa de disputas internas. Ora a defesa do voto secreto, ora a abolição da Lei de Imprensa, o direito de livre reunião, a restauração dos valores morais defendidos na proclamação da República, centralização do poder, mas também uma maior independência dos estados, a divisão dos três poderes, reforma do sistema eleitoral, o combate à corrupção no governo²¹.

Para estudar especificamente a “Revolução de 1924”, ocorrida na cidade de São Paulo, foi necessária uma seleção de fontes, divididas em dois tipos, os livros memoriais e os jornais que circularam durante e depois do conflito armado. Para tanto, foi buscado no acervo da Biblioteca da Câmara Municipal de São Paulo a documentação referente as memórias de agentes do período, procurando uma amostragem de produções dos revolucionários, dos legalistas, da população civil que se envolveu no desenrolar da ação e daqueles que narram seus dias de espectadores que passaram por situações de perigo. A Biblioteca citada possui um vasto acervo sobre o tema, decorrente da doação da biblioteca pessoal de Aureliano Leite, historiador, escritor e político que faleceu na década de 1970 e que teve envolvimento pessoal nos acontecimentos de julho de 1924, tanto quanto na Revolução Constitucionalista de 1932.

Os jornais foram acessados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e na Hemeroteca Digital do jornal O Estado de São Paulo.

A busca de bibliografia também foi dividida tematicamente, procurando autores que se debruçaram sobre o tema do Tenentismo em seu percurso histórico, ao tema específico da “Revolução de 1924” e por último obras que contextualizassem a cidade de São Paulo durante o começo do século XX. Busca-se nessa pesquisa monográfica, compreender o cotidiano da cidade, em tempos pouquíssimos cotidianos, observando como a cidade, sua população e seu poder político local lidou com os efeitos de um combate militar em suas ruas.

²⁰ Idem, p. 127.

²¹ “Manifesto do Movimento Revolucionário, artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 10/07/1924 e CASTRO, op. cit. p. 83,84-85.

Quando usamos de fontes memoriais para o estudo histórico é necessário pensar metodologicamente como lidar com essa documentação, que possui nuances as quais o historiador deve estar atento:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções.²²

Os livros aqui usados como fonte foram analisados tendo em mente essas possibilidades sobre a memória dos seus autores. Pensar na posição política tomada pelos diferentes agentes dessa história é fundamental para entender o partido tomado por cada um. Buscou-se aliar os relatos com fontes da imprensa da época, que também não são isentas, assim como quaisquer fontes possíveis. Os próprios livros memorialistas aqui selecionados possuem características diferentes, principalmente no modo como foram escritos, alguns funcionam como um diário, escritos diariamente durante a revolução, outros escritos nos dias seguintes ao fim do levante, outras ainda escritas anos depois dos acontecimentos de julho de 1924. Alguns trazem somente experiências pessoais, outros relatam acontecimentos de terceiros, mas todos refletem a posição de seus autores. Por isso a preocupação em usar memórias de pessoas completamente opostas, para perceber esses partidos.

Para compreender a atuação dos poderes políticos da cidade durante o levante militar, foram analisadas fontes oficiais, como um relatório produzido pelo prefeito da cidade, Firmiano de Moraes Pinto, “A Prefeitura de S. Paulo em face dos acontecimentos de julho de 1924”, entregue à Câmara Municipal de São Paulo, em setembro daquele ano.

Para entender a ação da casa legislativa paulistana, foi analisado o “Annaes da Câmara Municipal de São Paulo de 1924”, organizado pelo setor de taquigrafia, chefiados por Manuel Alves de Souza e Gustavo Milliet. Neste documento, é possível encontrar os discursos proferidos pelos vereadores que compunham a casa, além da produção legislativa dos mesmos, como projetos de lei, resoluções, requerimentos e moções, que infelizmente foram

²² NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In *Projeto História - História e Cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ, nº 10, dezembro/1993. p. 9. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> acesso em 28/10/2019.

pouco conservados e que somente uma parcela se encontra fisicamente no arquivo da Câmara, os referentes ao levante militar se encontram apenas dentro das discussões registradas nos anais.

Capítulo I: A “Revolução de 1924” em São Paulo

Dois anos após o levante ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, no exato dia 05 de julho, eclodiu na capital paulista outro movimento armado, organizado por uma parcela das forças armadas, que tinha como objetivo a derruba do Presidente da República Artur Bernardes e do Presidente do Estado de São Paulo Carlos de Campos.

O movimento foi liderado por Isidoro Dias Lopes, general reformado do Exército, que nasceu em 1865 no Rio Grande do Sul. Atuou durante a Revolução Federalista de 1893 em seu Estado e depois exilado em Paris, após a derrota dos rebeldes gaúchos. Quando retornou ao Brasil, em 1896, voltou a fazer parte das forças armadas, estudando na Escola Militar da Praia Vermelha. Isidoro ainda teria importante atuação na “Revolução de 30” e no governo Vargas, sendo posto no cargo de general-de-brigada. Depois foi um dos articuladores da “Revolução Constitucionalista de 1932” e foi novamente exilado, dessa vez para Portugal. Isidoro retornou ao Brasil após a anistia aos envolvidos no levante de 32, e faleceu no Rio de Janeiro em 1949²³.

No planejamento do movimento, a tomada da cidade de São Paulo deveria ser rápida, centrada na ação do 4º Batalhão de Caçadores de Santana e no Quartel de Quitaúna²⁴. Logo nas primeiras horas da manhã do dia 05 de julho, os revolucionários tomaram o 4ºBC e foram para o Quartel General da Força Pública, liderados pelos Tenentes Asdrubal Gwayer do Azevedo e Luís Cordeiro de Castro Afilhado e dos capitães Newton Estilac Leal, Joaquim

²³ KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias. Acesso em 05/10/2019.

²⁴ CORRÊA, op. cit. p. 111.

Távora²⁵ e seu irmão Juarez Távora²⁶. Com a ajuda do Major Miguel Costa, tomaram o 4º e 2º batalhões de Polícia²⁷. O tenente João Cabanas ocupou a Estação da Luz²⁸. Comandados pelo Major Marcílio Franco, bombeiros e praças do 1º Batalhão da Força Pública, ocuparam postos policiais no Brás, Moóca, Liberdade e Luz, além do prédio do Telégrafo Nacional²⁹.

O principal alvo da artilharia “revolucionária” foi o Palácio dos Campos Elísios, residência oficial do Presidente do Estado, Carlos de Campos. Com isso, o Presidente foi levado à Secretária de Justiça, que também seria bombardeada³⁰, levando Carlos de Campos a se refugiar em Guaiaúna, localizada próxima ao bairro da Penha de França, no dia 09 de julho³¹. Essa fuga de Carlos de Campos deu combustível aos militares envolvidos no movimento, que estavam desacreditados com os rumos do levante, tendo em conta a demora inesperada para tomar a cidade, principalmente Isidoro Dias Lopes, que propôs o reconhecimento da derrota, indo de encontro com as posições de Miguel Costa e João Cabanas, que defendiam a continuação da luta³².

Logo no primeiro dia do levante militar, o Presidente Artur Bernardes solicitou ao Congresso que fosse decretado estado de sítio, o que foi aprovado³³. Segundo o verbete temático do CPDOC-FGV, estado de sítio é uma:

²⁵ Joaquim Távora nasceu no interior do Ceará em 1881. Seus pais possuíam uma pequena propriedade para a atividade agrária. Estudou em Fortaleza e depois seguiu para o Rio Grande do Sul para estudar engenharia e fazer carreira militar. Depois foi para o Mato Grosso, quando em 1922 se envolveu no levante de 1922, participando de uma divisão conhecida como “Provisória Libertadora”, que iria invadir o Estado de São Paulo para se juntar aos revoltosos do Rio de Janeiro. Por sua atuação no movimento, foi preso no Rio de Janeiro, onde conheceu um dos principais líderes tenentistas, João Alberto Lins de Barros. Saiu da cadeia em fevereiro de 1923, quando o Supremo Tribunal Federal concedeu habeas corpus para todos os indiciados no levante de 1922. Com a notícia de que o governo federal estava pressionando a justiça a condenar os envolvidos por atentado contra a Constituição e o regime vigente no país, com penas mais duras do que o crime de sedição, Joaquim e seu irmão foram para Ponta Grossa, no Paraná, se refugiar na casa de um amigo. No ano seguinte foi um dos líderes da “Revolução de 1924”, quando no dia 19 de julho, faleceu decorrente de graves ferimentos ocasionados por um confronto na Liberdade. HIPÓLITO, Regina. Joaquim Távora. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joaquim-do-nascimento-fernandes-tavora. Acesso em 07/10/2019.

²⁶ CORRÊA, op.cit. p.111.

²⁷ Idem, p. 112.

²⁸ Idem, p. 112.

²⁹ Idem, p. 112.

³⁰ O Estado de São Paulo, dia 10/07/1924, p.1.

³¹ COHEN, Ilka Stern. Bombas sobre São Paulo: A revolução de 1924. São Paulo: UNESP, 2006, p. 37.

³² Idem, p. 37.

³³ O Estado de São Paulo, dia 06/07/1924, p. 2.

Suspensão temporária de certas garantias constitucionais determinada pela necessidade de defesa da ordem pública e em cuja vigência o Executivo assume poderes normalmente atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário³⁴.

No dia 10 de julho de 1924 foi publicado no jornal O Estado de São Paulo um manifesto do Movimento Revolucionário, onde os mesmos defendem os objetivos do levante. O manifesto, escrito pelo coronel Paulo de Oliveira, afirma que a intenção do movimento era o de fazer levantes simultâneos em diversos estados, o que por imprevistos não aconteceu. O autor faz críticas a figura de Arthur Bernardes, lembrando o caso em que o presidente foi acusado de se opor ao exército. Segundo os revolucionários, o objetivo era o de derrubar o então governo federal e acabar com a incompetência técnica da administração pública do país.

Os chefes do movimento revolucionario ansiavam por encontrar-se com os representantes da imprensa desta capital, porquanto desejavam, com urgencia, tornar publicas as razões fundamentaes do seu movimento e definir os seus objectivos, não o tendo feito anteriormente devido aos rigores da lei de imprensa e das circumstancias consequentes ao estado se sitio.

[...]

Esse governo não está á altura dos detinos do paiz e que , por factos cija citação é desnecessaria, por mui notorios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vicios que têm dirigido o Brasil nestes ultimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetencia technica na alta administração, de concessão em concessão, de accôrdos em accôrdos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente.

[...]

O Exercito quer a Patria como a deixou o Imperio, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriotica, probidade administrativa e alto descortino politico³⁵

O coronel Paulo de Oliveira afirma, no texto publicado no jornal, que foi feito um convite a Antonio da Silva Prado, membro de uma tradicional e rica de São Paulo, os “Da Silva Prado”, também foi um proeminente político paulistano, tendo sido vereador, deputado

³⁴ CPDOC. Estado de Sítio. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sitio. Acesso em 07/10/2019

³⁵ O Estado de São Paulo, dia 10/07/1924, p.1.

federal, senador e ministro da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros durante o período imperial do Brasil. Após a proclamação da República, foi eleito para a Câmara Municipal de São Paulo, quando em 1898, foi eleito pelos vereadores o primeiro prefeito da capital, já que este cargo não existia anteriormente. Foi prefeito por 12 anos, totalizando quatro mandatos³⁶. O ex-prefeito de São Paulo nega a proposta e afirma que não é um apoiador do levante:

Fui surpreendido com a notícia de que os revoltosos de São Paulo tinham declarado haver proposto o meu nome para governador civil de São Paulo. Declaro terminantemente que não fui consultado por ninguém a esse respeito, e nada podia autorizar tal indicação, pois não aceitaria nenhuma investidura de origem revolucionária³⁷.

Neste mesmo manifesto, os revolucionários se isentam da culpa dos saques, depredações e dos incêndios ocorridos na cidade nos primeiros dias do levante, afirmando que não compactuam com essas ações e que zelariam pela integridade física das pessoas e de suas propriedades, além de declarar que a liberdade de imprensa seria respeitada, o que não ocorreu de fato, já que Sigmaringa Costa foi encarregado de definir o que poderia ou não virar notícia nos jornais³⁸.

E proclamam um novo governo federal provisório, afirmando que os prefeitos de todos os municípios manteriam seus cargos³⁹.

Nos dias seguintes, as forças legalistas a mando do governo federal iniciaram uma série de bombardeios, que atingiram principalmente os bairros operários de zona leste da cidade, como Brás, Belém e Moóca e a região do Bairro da Luz, onde funcionavam os redutos dos revolucionários⁴⁰. Depois todo o centro de São Paulo foi alvo das bombas governistas, que procuravam atingir prédios ocupados pelos militares de Isidoro, principalmente os hotéis da cidade, que como eram altos, ofereciam uma vista privilegiada da capital⁴¹.

³⁶ GARCIA, Rodrigo. Perfil Antonio Prado. Revista Apartes, nº 24. mar/jun/2017. Disponível em: www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-24-mar-jun2017/no-24-perf-antonio-prado/. Acesso em 06/10/2019.

³⁷ COSTA, Ciro e GOES, Eurico de. Sob a metralha: histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924. p. 53.

³⁸ COHEN, op. cit, p. 36.

³⁹ O Estado de São Paulo, dia 10/07/1924, p.1.

⁴⁰ PEREIRA, Duarte Pacheco. 1924 O diário da Revolução: Os 23 dias que abalaram São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Fundação Energia e Saneamento, 2010. p.75.

⁴¹ CASTRO, Maria Clara Spada. Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Paulista. 91f. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013. p.22. Disponível em:

O efeito dos bombardeios foi a destruição não somente dos alvos específicos, mas também de residências civis, o que segundo Moacir Assunção essa ação consiste em bombardeios sem alvos específicos, atingindo assim quaisquer áreas, destruindo casas e ferindo a população civil. Outro termo utilizado para esse ato é bombardeio à alemã, já que essa foi uma estratégia utilizada pelo país europeu durante a Primeira Guerra Mundial⁴².

Importantes figuras públicas que vivam na cidade tentavam entrar em acordo com Arthur Bernardes e Carlos de Campos para cessar o ataque aéreo. O Arcebispo de São Paulo Duarte Leopoldo, Frederico Steidel, presidente da Liga Nacionalista, e o Prefeito da cidade Firmiano de Moraes Pinto tentaram acordos com a legalidade, enviando a seguinte mensagem telegráfica:

Pedimos a Vossa Excelência intervenção caridosa para fazer cessar bombardeio contra a inerme cidade de S. Paulo, uma vez que as forças revolucionárias se comprometam a não usar seus canhões em prejuízo da cidade. A comissão não tem intuito algum político mas exclusivamente a compaixão pela população paulista⁴³.

Setembrino de Carvalho⁴⁴, ministro da guerra de Artur Bernardes é quem responde o telegrama acima citado, da seguinte maneira:

Cabendo-me, devidamente autorizado pelo excelentíssimo senhor presidente da República, responder ao telephonema no qual vossa excelência e demais illustres signatarios, pedem não seja, pelas razões que expõem, bombardeada

https://www.academia.edu/8258441/TENENTISMO_EM_1924_A_PARTICIPA%C3%87%C3%83O_CIVIL_NA_REVOLU%C3%87%C3%83O_PAULISTA acesso em 07/10/2019

⁴² ASSUNÇÃO, Moacir. São Paulo deve ser destruída. 1a ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. Passim.

⁴³ SOARES, José Carlos Macedo. Justiça: Revolta Militar de São Paulo. Paris: S.C.E., 1925. apud CASTRO. 2013, op. cit. p.22-23.

⁴⁴ Setembrino de Carvalho foi um militar gaúcho, que se formou em engenharia militar pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Foi chefe do gabinete do Ministro da Guerra do governo de Hermes da Fonseca, Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto. Quando, em 1913, se iniciou em Juazeiro (CE) um movimento armado contra o coronel Franco Rabelo, liderado por Padre Cícero, o governo federal enviou diversos generais para controlar a situação, todos com fracasso. Em 1914 Setembrino foi enviado para o Ceará, onde foi peça chave para o fim da revolta. Com a imagem em alta por sua atuação em Juazeiro, Setembrino foi enviado para cuidar da questão da Guerra do Contestado, um conflito originário da disputa entre latifundiários nos estados de Santa Catarina e Paraná, em que a população pobre encontrou em José Maria de Agostinho, visto como um “messias” que traria possibilidade de mudança das suas condições. Quando o levante de 1922 ocorreu, Setembrino havia acabado de ser nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e ficou encarregado da repressão aos militares em revolta. Em novembro de 1922 foi nomeado Ministro da Guerra de Artur Bernardes. PECHMAN, Robert. Setembrino de Carvalho. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-setembrino-de-carvalho. Acesso em 09/10/2019

a cidade de S. Paulo, devo declarar com verdadeiro pesar, que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido. Não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servimos da artilharia contra o inimigo, que se aproveitaria dessa circunstancia para prolongar sua resistencia, causando-nos prejuizos incomparavelmente mais graves do que os danos do bombardeio. Os danos materiais de um bombardeio podem ser facilmente reparados, maiormente quando se trata de uma cidade servida pela fecunda actividade de um povo laborioso. Mas os prejuizos moraes, esses não são susceptiveis de reparação. Ao invéz do appello feito ao governo da União para não bombardear a cidade que o inimigo occupa, seria de melhor aviso fazer um appello á sua bravura, convidando-o a não sacrificar a população e evacuar a cidade indo aceitar combate em campo aberto. Posso entretanto, asseverar a Vossa Excelência e demais concidadãos que as nossas tropas não causarão danos materiais inúteis á bella e florescente cidade de S. Paulo, sinão que usarão de artilharia na medida estricta das necessidades militares. (a) Marechal Setembrino, Ministro da Guerra.⁴⁵

A resposta dada pelo Ministro nos dá a ideia de como o governo estava tratando a Revolução, como estado de guerra real, onde os efeitos colaterais que atingiam a população deveriam ser tolerados em nome da vitória governista, apelando para a ideia de São Paulo como o centro da atividade econômica do País, e que portanto se recuperaria dos danos materiais com facilidade, porém em momento algum leva em conta ou cita os efeitos dos bombardeios que faziam centenas de vítimas fatais, e que isso não seriam repostos com o fim do levante. Para Anna Maria Martinez Correa, essa resposta teria despertado na população a antipatia ao governo, criando assim um certo apoio aos revolucionários⁴⁶. Comícios foram realizados na cidade, como mostra Maria Clara Spada de Castro:

Ao povo!

A Mocidade. Por bem da mais humana das causas - a redenção de um país reduzido à ignóbil opressão! Por bem dos direitos de uma população aflita em consequência de um bombardeio impiedoso - crime horrível, que não poderá ficar impune! Convidam-se as classes conservadoras, a gloriosa

⁴⁵ Telegrama de Setembrino de Carvalho a Firmiano de Moraes Pinto. Apud SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). A Prefeitura Municipal de S.Paulo em face dos acontecimentos de julho de 1924: relatório apresentado pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto, em sessão da Câmara de 27 de setembro do mesmo ano. São Paulo, 1924. p.17.

⁴⁶ CORRÊA, op. cit. p. 142.

mocidade paulista, a classe de valor nunca desmentido dos estudantes, o operariado - força viva do progresso - e o povo em geral para um comício cívico que se realizará hoje às 3 horas da tarde, no largo do Arouche. O comício será de protesto contra o bombardeio da cidade - atentado de inaudita ousadia, perpetrado por aqueles, que se dizem defensores da ordem e da legalidade. Falará sobre o acontecimento o dr. Lindolfo Barbosa Lima, fazendo-se ouvir outros oradores⁴⁷.

Os bombardeios foram intensificados nos dias seguintes, atingindo bairros que até então não haviam sido alvo do governo, como Liberdade, Vila Mariana e Aclimação⁴⁸. Os ataques foram ficando cada vez mais intensos e violentos, principalmente a partir do momento em que as forças do governo fizeram uso de aviões para ataques aéreos, estes deixavam a população civil ainda mais receosa com os legalistas, como é possível observar em uma passagem do livro de Paulo Duarte, *Agora Nós!*:

Os civis inocentes é que tributaram com a vida a pequice dos generaes do governo e a crueza morbida desse mesmo governo.

As granadas caíam a esmo, ora aqui, ora acolá, como si o objectivo só da artilharia governista fosse atirar sobre a cidade em geral, sem ponto certo.

E' o que aconteceu. O bombardeio durava dias e noites sem cessas; a Santa Casa se enchia de mulheres e crianças; os cemiterios pejavam-se de cadaveres e as fileiras revolucionarias não perdiam um só homem.

Dir-se-ia que o governo demonstrava o seu odio não á revolução mas ao povo paulista⁴⁹

A presença de aviões não era exclusividade do exército leal ao governo, as forças revolucionárias também faziam o seu uso:

A presença de aviões passou a fazer parte do cotidiano; primeiro foram os aparelhos dos revolucionários, que sobrevoavam a cidade e as zonas legalistas, despejando panfletos em uma tentativa de convencer os soldados governistas a mudarem de lado. Mais tarde chegaram os aviões governistas,

⁴⁷ Justiça Federal, seção de São Paulo. Processos, vol. 16, p. 242. apud CASTRO, 2013, op.cit. p. 24.

⁴⁸ CASTO, 2013, op.cit. p. 24.

⁴⁹ DUARTE, Paulo. *Agora nós!*: chronica da revolução paulista, com os perfis de alguns heroes da retaguarda. São Paulo, 1927. p. 76-77.

que, além dos panfletos de aviso à população, despejavam também granadas e bombas⁵⁰.

No mesmo dia 22 de julho, um avião da revolução tinha como destino a capital federal, porém fez um pouso forçado em Cunha, por problemas técnicos. Este voo tinha como objetivo descarregar folhetos para a população carioca sobre o movimento e jogar uma dinamite no Palácio do Catete, sede do governo⁵¹.

O Governo Federal prometeu intensificar ainda mais os bombardeios, distribuindo para a população o seguinte boletim:

À população de S. Paulo.

As tropas leaes precisam agir com liberdade contra os sediciosos, que se obstinam em combater sob a protecção moral da população civil, cujo doloroso sacrificio nos cumpre evitar.

Faço á nobre e laboriosa população de S. Paulo appello, para que abandone a cidade, deixando os rebeldes entregues á sua própria sorte.

É esta uma dura necessidade que urge aceitar como imperiosa, para pôr termo, de vez, ao estado de coisas creado por essa sedição, que avilta os nossos créditos de povo culto.

Espero que todos attendam a esse appello, como é preciso, para se pouparem os effeitos das operações militares, que, dentro em poucos dias, serão executadas⁵².

Esse boletim serviu para aumentar ainda mais o pânico da população que não poderia nem conseguiria sair da cidade⁵³. Isidoro Dias Lopes, ao observar o efeito que o boletim teve para a população, pediu, por intermédio de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, que o governo aceitasse uma rendição em troca de ampla anistia aos envolvidos tanto no levante de 1922 quanto na “Revolução de 1924”⁵⁴. Paulo Duarte, jornalista do O Estado de São Paulo, ficou responsável de levar a correspondência para o Presidente do Estado Carlos de Campos em Guaiaúna, e em seu livro de memórias descreve este encontro:

⁵⁰ COHEN, op.cit. p. 82-83.

⁵¹ PEREIRA, op. cit. p. 129.

⁵² Boletim de Setembrino de Carvalho. Apud PEREIRA, op.cit. p. 148.

⁵³ CASTRO, 2013, p. 27.

⁵⁴ CORRÊA, op. cit. p. 148.

Confortavelmente instalado numa das macias poltronas do majestoso carro, acariciado também pela companhia do ilustre secretario, disse qual era a minha missão e entreguei a s. exa. a carta que trouxera.

[...]

Ao meio da carta já o amavel presidente não poude esconder mais a sua irritação dizendo:

[...]

- Absolutamente! Aos revoltosos nada! Nós iremos até o fim e qual o destino que terão, os rebeldes, o futuro dirá. Elles que aguardem as consequencias⁵⁵.

Paulo Duarte transcreve essa conversa no seu livro, o que nos faz questionar até que ponto ela é fidedigna, porém nos dá uma ideia do que se passou durante sua reunião com Carlos de Campos, que ainda possui uma interessante passagem, quando o presidente dá a entender que Paulo Duarte e José Carlos de Macedo Soares estariam a serviço dos revolucionários, ao afirmar que a proposta era incabível:

- Mas, dr. Carlos (aventurei) si v. exa. conhecesse a actual situação da cidade...

- Não será peor do que a minha aqui... Tive a ousadia de lamber com um olhar timido o ambiente confortavel do carro salão, passando-me também, ao mesmo tempo pela memoria a atmospheria de horror que se respirava em S. Paulo.

[...]

- Si a v. exa. soubesse o que a granada tem feito...

- Para isso a cidade foi avisada a tempo, afim da população se retirar. Os que ficaram é porque não têm medo⁵⁶.

A resposta dada por Carlos de Campos foi a de que o bombardeio iria se intensificar⁵⁷. Devido as negativas do governo estadual de negociação, Isidoro Dias Lopes decidiu deixar a cidade⁵⁸.

Segundo Anna Maria Martinez Corrêa, a saída da cidade de São Paulo não significava para os revolucionários a derrota do movimento, mas sim uma mudança de estratégia, que

⁵⁵ DUARTE, op. cit. p. 187.

⁵⁶ Idem, p. 188.

⁵⁷ Idem, p. 189.

⁵⁸ CORRÊA, op. cit. p. 150.

agora seria a de reconstituir forças e propagar os ideais da Revolução para o resto do país, a partir da guerra de movimento pelo interior do Estado⁵⁹.

No dia 28 de julho, a Associação Comercial de São Paulo publicou um boletim informando a população de que Carlos de Campos já se encontrava no Palácio dos Campos Elísios, no exercício de suas funções⁶⁰.

Embora a “Revolução de 1924” tenha sido protagonizada pelos militares, a população civil também se envolveu nos conflitos. Os comunistas e anarquistas pensaram maneiras de se aproximar da Revolução tenentista, mesmo que esta não fosse uma revolução organizada por eles:

Os anarquistas paulistanos entenderam que aquela não era a revolução social almejada mas que era a possível de ocorrer, e, citando a célebre frase de Malatesta, se contentaram em “fazer uma revolução o mais ‘nossa’ que seja possível”. Seguindo este raciocínio a apoiaram. Apresentaram-se para o General Isidoro querendo formar uma milícia independente e autônoma, a condição para a participação na batalha. Mesmo esta não sendo aceita, deixaram o seu apoio e sua opinião impressa, o que lhes valeu, posteriormente, sanguinária perseguição⁶¹.

Os anarquistas apoiaram publicamente o movimento de julho de 1924, já os comunistas pensaram em esperar para ver qual seria a força dos tenentes, visto que a repressão ocasionada pelo estado de sítio poderia ser extremamente pesada, como realmente aconteceu⁶²:

⁵⁹ Idem, p. 150-151.

⁶⁰ SOARES, José Carlos de Macedo. Apud CORRÊA, op. cit. p. 151, nota de rodapé nº 473.

⁶¹ ROMANI, Carlo. A Revolta de 1924 em São Paulo: Uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMENICIS, Rafael. (Org.). História do anarquismo no Brasil..Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. Disponível em:

<http://unirio.academia.edu/CarloRomani/Books/1296084/>

A_revolta_de_1924_em_Sao_Paulo_uma_historia_mal_contada._IN_Carlos_Augusto_ADDOR_e_Rafael_DE_MENICIS_org._Historia_do_anarquismo_no_Brasil_volume_2._Achiamé_Rio_de_Janeiro_2009

⁶² Idem, p. 3.

A reação desmedida praticada pelo governo federal aproveitando-se de uma situação anômala serviu de motivo para a criminalização e degredo de seus inimigos políticos e de outros indesejáveis sociais existentes nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo⁶³.

O envolvimento dos anarquistas na Revolução serviu para que o governo legitimasse uma ação de repressão ao grupo que já era alvo desta, mas a partir da relação que este grupo teve com o movimento, duas ações principais surgiram, de acordo com Carlo Romani, a primeira foi a criação do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) em São Paulo⁶⁴ e a segunda foi a utilização de campos de prisioneiros em Clevelândia do Norte, na fronteira com a Guiana Francesa, para onde diversos condenados civis da Revolução foram mandados⁶⁵. Para o autor, a repressão do governo de Artur Bernardes antecipou a “efetivação de uma moderna política de controle social que seria consolidada durante a era Vargas⁶⁶”

Outra forma de envolvimento civil nos combates durante a Revolução foi a formação de batalhões estrangeiros, organizados a partir de três nacionalidades dos seus integrantes, sendo elas o Batalhão Italiano, o Alemão e o Húngaro, porém dentro destes ainda haviam integrantes da Iugoslávia, Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, Espanha, Rússia, entre outros⁶⁷. “Estes, recém-chegados da Europa, tendo muitos deles enfrentando a Primeira Guerra Mundial, contribuíram com seus conhecimentos e habilidades”⁶⁸, muitos já haviam vivenciado os campos de batalhas, e o fato de se organizarem em batalhões revela a experiência militar previamente adquirida, segundo Laura Cristina Mello de Aquino⁶⁹. Segundo Laura Cristina Mello de Aquino, esses estrangeiros eram operários, pobres e moradores dos bairros mais afetados pelos bombardeios, e viam no alistamento militar revolucionário a única maneira de sobreviverem aos dias de julho de 1924, quando receberiam a garantia de uma alimentação para si e sua família⁷⁰ e as estimativas

⁶³ ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social. Topoi, Rio de Janeiro, Vol. 12, p. 161-178, 2011.p.162. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00161.pdf>

⁶⁴ ROMANI, 2009, op. cit. p. 9.

⁶⁵ ROMANI, 2011, op. cit. p. 162.

⁶⁶ Idem, p. 162.

⁶⁷ AQUINO, Laura Cristina M. de. A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 62-63.

⁶⁸ CASTRO, 2013, op. cit. p.38.

⁶⁹ AQUINO, op. cit. 77-78.

⁷⁰ Idem, op. cit. p. 75.

dizem que cerca de 700 pessoas que se alistaram nesses batalhões⁷¹. Um anúncio vinculado no jornal O Estado de São Paulo, assinado pelo Quartel General das Forças Revolucionárias, prometia para os combatentes da revolução, não somente os civis, o pagamento de uma quantia em dinheiro, além de uma propriedade com 50 hectares de terras férteis em qualquer Estado da união⁷², o que também foi um atrativo para o alistamento militar às forças de Isidoro. Os imigrantes também sofreram as consequências que os militantes anarquistas sofreram, muitos deles eram ligados aos movimentos socialistas e comunistas, como de fato poderiam ser:

Para além do papel que os estrangeiros representaram na revolta propriamente dita, desempenharam também uma outra função, essa de caráter ideológico, que foi servir como mais um argumento para que o Estado brasileiro aumentasse a repressão contra a classe trabalhadora e os "indesejáveis"⁷³.

⁷¹ Idem, p. 60-61.

⁷² O Estado de São Paulo, 24/07/1924, p. 2.

⁷³ CASTRO, 2013, op. cit. p 41.

Capítulo II – O cotidiano em tempos não cotidianos: a cidade de São Paulo durante o conflito

Innumeráveis mortos e feridos dão entrada nos hospitais de sangue. Accumula-se o lixo pelas ruas. Reina a immundice. Apesar da tabella reduzida de preços, para os generos alimenticios, campeia a fome, qual uma praga immobilizadora. [...] Continuum as remoções de familias fugitivas. [...] Em vários pontos da cidade, ostentam-se cavallos mortos e abandonados. Um cheiro pestilente invade o espaço, num prenúncio de epidemia, e tortura os olfactos...⁷⁴

Pensar o cotidiano da cidade de São Paulo em tempos nem um pouco cotidiano como foi o mês de julho de 1924, nos obriga a entender o que era essa cidade nas primeiras décadas do século XX, muito diferente da São Paulo que vivemos.

Tema recorrente na historiografia sobre a cidade, a urbanização de São Paulo estava em pleno curso, a cidade estava em expansão⁷⁵ e não mais se resumia ao triângulo histórico⁷⁶, que passou a ser ocupado prioritariamente pelas casas comerciais e de bancos, nacionais e estrangeiros⁷⁷. Se na década de 1890 a cidade possuía 65 mil habitantes, no início da década de 1920 esse número chega a 600 mil habitantes⁷⁸, a cidade cresce quase 10 vezes em 30 anos.

Três temas principais aparecem quando se pensa essa cidade do século XX: cafeicultura, industrialização e imigração. Esses temas também possuem relevância para o estudo da “Revolução de 1924”, que como já vimos foi apoiada por parcela da população imigrante de São Paulo, e que trouxe diversas consequências para a atividade industrial paulistana e para os prédios das fábricas.

Os fazendeiros do interior do Estado passam a viver nos bairros da capital paulistana, nas proximidades das vias férreas, que possibilitam que estes fossem para suas fazendas com

⁷⁴COSTA, Ciro e GOES, Eurico de. Sob a metralha: histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924. p. 166.

⁷⁵ Mapa da Área Urbanizada de 1915 e 1929. Secretária Municipal de Planejamento. Disponível em: smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/urb-1920.jpg

⁷⁶ O triângulo histórico era formado pela região que ficava entre o Igreja de São Bento, a Igreja São Francisco e a Igreja Nossa Senhora do Carmo. SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos, 1872-1954. n. Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo (vol. III). São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005. p 341-345.

⁷⁷ SAES, Flávio. São Paulo republicana: vida econômica. In. Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo (vol. III). São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005. p. 231.

⁷⁸ Idem, p. 215.

facilidade⁷⁹. Esses fazendeiros investiram o seu capital na crescente atividade industrial na capital paulista, capital esse que vinha desde as atividades agrícolas mais antigas que o café, além do mercado imobiliário crescente na cidade⁸⁰.

Desde a primeira década do século XX já é possível observar a atividade industrial na cidade de São Paulo, nas áreas da tecelagem (Cotonificio Crespi, Companhia Industrial São Paulo, F. Matarazzo & Cia – Fábrica Mariângela, Companhia Nacional de Tecidos de Juta), a Companhia Antártica Paulista na produção de cerveja, novamente a F. Matarazzo & Cia, mas com Moinho de trigo, A Vidraria Santa Marina, a Clark Ltd. no setor de calçados⁸¹, entre outras, que mantiveram sua importância dentro do cenário econômico da cidade. Para Flávio Saes, a industrialização de São Paulo está diretamente ligada à atuação da The São Paulo Light and Power Company, responsável pela geração de energia elétrica que abastecia não somente as ruas e as casas, mas também as fábricas, que assim puderam utilizar-se de equipamentos mais modernos e eficientes, movidos a energia elétrica, além de ser a responsável pela circulação de bondes elétricos⁸². A Light não foi a única empresa de capital estrangeiro a atuar no processo de urbanização da cidade:

Já, desde o final do Século XIX, o Município havia transferido boa parte de suas responsabilidades públicas, como eram definidas no período colonial, para a iniciativa privada: isto foi particularmente verdadeiro para a provisão de serviços e infra-estrutura urbana. No momento em que a cidade crescia rapidamente, o Estado resolveria o problema de geração de novas infraestruturas requeridas pelo desenvolvimento urbano — redes de água e esgoto, eletricidade, transportes urbanos e telefonia — através de concessões monopolistas para companhias privadas, em grande maioria constituída por capitais ingleses, canadenses e norteamericanos⁸³.

Porém, havia uma parcela da população que não estava incluída dentro deste mercado de trabalho, sendo as lavadeiras, carroceiros, ambulantes, entre outras atividades manuais mal

⁷⁹ COHEN, op. cit. p. 15.

⁸⁰ BEIGUELMAN, Paula. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁸¹, Idem, p. 230.

⁸² SAES, op. cit. p. 230.

⁸³ ROLNIK, Raquel. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). Sem paginação. Disponível em: [www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20além%20da%20lei,%20legislação%20urbanística%20e%20cidadania%20\(São%20Paulo%201886-1936\).pdf](http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20além%20da%20lei,%20legislação%20urbanística%20e%20cidadania%20(São%20Paulo%201886-1936).pdf) Acesso em 17/10/2019.

remuneradas⁸⁴. Essa população também foi excluída geograficamente da cidade, quando foi proibida a construção de cortiços na zona urbana da cidade, no Código de Posturas de 1886, que muitas vezes eram a única forma possível de morar nessas áreas para a população mais pobre⁸⁵.

A imigração teve um papel fundamental na economia brasileira, tendo o Estado de São Paulo como uma das principais fontes receptoras dos estrangeiros.

Sobre os processos migratórios, Luigi Biondi afirma que houve:

[...] tripartição histórico-geográfica da imigração constituída por: 1) uma região central fortemente atrativa, os estados do Sudeste, caracterizada pelo sistema agroexportador, mas também pela incipiente industrialização e pela franca expansão urbana; 2) uma região de atração importante, mas secundária, os estados do Sul; 3) a macrorregião dos estados do Norte e Nordeste, onde a inserção dos estrangeiros foi quase exclusivamente urbana, mas muito pouco significativa no seu complexo e em relação ao resto do país⁸⁶.

A imigração estrangeira foi uma política pública no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Com a proclamação da República, a imigração estrangeira manteve-se como política de Estado, sendo o Decreto-Lei nº 528 (26/09/1890)⁸⁷ um exemplo dessas políticas. Ele dá origem ao serviço de introdução e de localização dos imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil, além de proibir a entrada de imigrantes vindos da África e da Ásia. A criação da Inspetoria de Terras, também de 1890, é a responsável pelas questões da imigração, até a promulgação da Constituição de 1891, que transfere essa função aos Estados.

Muitos dos imigrantes que chegaram ao Estado de São Paulo para trabalhar na lavoura do café, posteriormente se fixaram na capital paulista, trabalhando em diversos setores urbanos, como na construção civil e nas fábricas. A imigração italiana para os bairros operários da zona leste de São Paulo foi intensa, porém estes não eram os únicos imigrantes que se estabeleceram na cidade, alemães, espanhóis, húngaros, árabes e japoneses também se

⁸⁴ SAES, op. cit. p. 234.

⁸⁵ ROLNIK, Raquel. A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Studio Nobel: Fapesp. São Paulo, 1997. p. 35-36.

⁸⁶ BIONDI, Luigi. IMIGRAÇÃO. n.p. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>> acessado em 17/10/2019.

⁸⁷ Decreto-Lei nº 528. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 17/10/2019.

instalaram na cidade⁸⁸. Havia também uma população negra que tinha vindo para a cidade no pós-abolição⁸⁹, e que faz parte do grupo mais pobre da cidade, que foi cada vez mais sendo mandado para os bairros mais afastados do centro.

Mas por que escolher essa cidade como cenário da revolução? Para Vavy Pacheco Borges e Ilka Stern Cohen, essa pergunta pode ser respondida em três diferentes chaves: a primeira seria começar o movimento em São Paulo para garantir a tomada do porto de Santos e o Vale do Paraíba, para então ir em direção ao Rio de Janeiro depor o governo federal; a segunda é apresentada por uma fala de Joaquim Távora, de que as mais importantes decisões políticas do país foram tomadas na cidade, como a proclamação da Independência, da Abolição da escravatura e a proclamação da República, e que então o que acontecesse em São Paulo “sairia grande”; e por último a possibilidade de adesão da elite política dissidente do Partido Republicano Paulista e da classe operária, que propagaria a ideia da revolução⁹⁰.

Diversos pontos da cidade foram ocupados, tanto por tropas revolucionárias, quanto por tropas governistas. Na região da Luz, os quartéis da luz, a Estação da Luz e a Sorocabana (atual Júlio Prestes), o Jardim da Luz e Usina Transformadora da light, na rua Paula Souza, foram ocupados. Na região central, o Palácio do Governo (demolido para a reconstrução do Pátio do Colégio em 1953⁹¹), os prédios da Secretária de Justiça, o Telegrapho Nacional, localizado na rua José Bonifácio, a All America Cables, na rua XV de Novembro, também foram tomados pelos militares. Na região dos Campos Elísios, o Palácio dos Campos Elísios, residência do Presidente do Estado, foi apropriada pelos revolucionários, após intensos combates. Assim como a estação do Norte e Braz, da Estrada de Ferro Central do Brasil e a linha da São Paulo Railway, da Luz até Jundiahy. Além dos diversos batalhões da cidade⁹².

Um das principais consequências para os moradores da cidade no período de julho daquele ano foi o intenso êxodo populacional, logo nos primeiros dias do conflito, tanto para bairros que faziam parte da zona suburbana e rural de São Paulo, como a Lapa, Água Branca,

⁸⁸ COHEN, op. cit. p. 17-18.

⁸⁹ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915. 2ª ed. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 2003.

⁹⁰ BORGES e COHEN. Op. cit. p. 295-296.

⁹¹ <https://www.pateodocollegio.com.br/pateo-do-collegio-linha-do-tempo/>

⁹² COSTA, Carlos da Silva. Sucessos subversivos de São Paulo: denúncia apresentada ao Exmo Sr. Dr. Juiz federal da 1ª vara de São Paulo. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1925. p. 44-66 e 112-119.

chácaras em Pirituba⁹³, mas também para cidades do interior, como Campinas, Jundiaí, Itu e Rio Claro⁹⁴.

Fugiam, de preferencia, os retirantes nos trens vertiginosos que transbordavam, não só em carros de passageiros, aboletados sem distincção de classes, pêlo excesso invencível e acabrunhador das lotações, mas nas chamadas gaiolas, galeras e gondolas, em vagões fechados ou abertos, onde, nos periodos communs, transitam os animaes destinados aos matadouros e as cargas e mercadorias [...] Iam premidos, raros sentados e seguros aos bancos, aos porta-chapéos, ás janellas, ás grades e ais breques das plataformas, entre malas e saccos [...]⁹⁵.

Quem possuía automóvel próprio ou alugado, fugia do centro dos combates mais rapidamente, porém nem todos podiam contar com essa ferramenta, sobrando os deslocamentos com carroças, charretes, a pé e nos carros dos grupos de assistência, como a Cruz Vermelha⁹⁶. Muitas histórias circulavam entre a população, como a do caso de dois homens que para conseguir fugir do seu bairro, tiveram ajuda de um funcionário do cemitério do Araçá, que planejou transportá-los dentro de caixões nos carros fúnebres, porém foram descobertos por soldados revolucionários e, por conseguinte, presos⁹⁷.

Para os que não puderam se retirar ou que decidiram manter-se em suas casas, era necessário tomar algumas medidas para proteção dos membros familiares, como o uso dos porões como abrigo durante os dias de combates mais acirrados⁹⁸. Henrique Geenen, autor de uma das principais obras memorialistas sobre a “Revolução de 1924”, que o autor denomina “Revolta”, escreve em seu diário como era possível manter viva a horta que a família possuía no quintal, e que serviu para alimentá-los quando os alimentos já estavam escassos. Geenen usava uma panela na cabeça, como se fosse um capacete e recobria o seu corpo com livros de sua biblioteca⁹⁹. Os livros ainda possuíam a função de ser uma trincheira ao redor das camas, juntamente com as vestimentas da família, para que estes se protegessem durante a noite¹⁰⁰. A

⁹³ COSTA e GOES. op. cit. p. 68-69.

⁹⁴ GEENEN, Henrique. Aventuras de uma família de São Paulo durante a revolta de julho de 1924. São Paulo, s.n., 1925. p. 47.

⁹⁵ COSTA e GOES, op. cit. p. 69.

⁹⁶ Idem, p. 70.

⁹⁷ Idem, p. 71.

⁹⁸ Idem, p.

⁹⁹ GEENEN, op. cit. p. 182.

¹⁰⁰ Idem, p. 172.

casa de Henrique Geenen foi abrigo de duas famílias, uma de um aluno seu, não identificado, acompanhado de sua mãe e uma outra família que esse aluno pediu para abrigar também, composta de 11 pessoas¹⁰¹. Muitas casas vizinhas à família Geenen que haviam sido abandonadas pelos seus moradores foram ocupadas por pessoas que fugiam dos confrontos entre os soldados¹⁰².

Um dos mais emblemáticos casos ocorridos pelo êxodo da população foi a transferência dos alunos do Lyceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus, que tem o prédio próximo ao Palácio dos Campos Elísios, para a Hospedaria dos Imigrantes, na Moóca. A mudança se deveu ao bombardeamento que o Lyceu sofreu logo no primeiro dia da revolução¹⁰³. Granadas destruíram uma sala, que no momento estava vazia, porém um aluno Arnaldo Petersen Barreto, ficou ferido por estilhaços da granada¹⁰⁴. Os alunos foram mandados em grupos, liderados por um religioso do colégio, para a Hospedaria dos Imigrantes, onde ficaram até o dia 10 de julho, quando o padre Luiz Marcigaglia, diretor do Lyceu, teve a uma reunião com Joaquim Távora, que avisou sobre os planos de confrontos próximos à Hospedaria, que colocaria a vida dos alunos em risco¹⁰⁵. Todos voltaram ao Lyceu e foram removidos novamente, dessa vez para o Lyceu Nossa Senhora Auxiliadora, em Campinas¹⁰⁶. Após a retirada dos alunos para o interior do Estado, o colégio serviu como abrigo para famílias que haviam deixado suas casas¹⁰⁷, e que nos momentos em que aviões governistas lançavam bombas no bairro, desciam todos ao porão para se proteger¹⁰⁸. Segundo estimativas dadas pelo Lyceu, foram abrigadas 1.311 pessoas ao longo do mês de julho, sendo 421 homens, 467 mulheres e 423 crianças¹⁰⁹, além da distribuição de refeições para os vizinhos do Lyceu e o atendimento médico para feridos por estilhaços de granada na Alameda dos Andradas¹¹⁰.

Os serviços prestados pelo Lyceu Salesiano Sagrado Coração de Jesus não se limitaram ao de oferecer abrigo às famílias em êxodo, mas também funcionou uma escola para as

¹⁰¹ Idem, p. 116.

¹⁰² Idem, p. 127.

¹⁰³ MARCIGAGLIA, P. Luís. Férias de julho: aspectos da revolução militar de 1924 ao redor do Lyceu Salesiano de S.Paulo. São Paulo, Salesiana, 1927. p. 254-255.

¹⁰⁴ Idem, p. 255.

¹⁰⁵ Idem, p. 95.

¹⁰⁶ Idem, p. 131.

¹⁰⁷ Idem, p. 140.

¹⁰⁸ Idem, p. 142.

¹⁰⁹ Idem, p. 254.

¹¹⁰ Idem, p. 255.

crianças que estavam alojadas no prédio, a partir do dia 21 de julho, tanto para ocupar os dias dos jovens, mas também para minimizar a perda de aulas das férias forçadas daquele mês¹¹¹.

O prédio que abriga, até hoje o colégio, se destaca na paisagem paulistana por conta de sua torre, em que existe uma escultura de Jesus no alto, tendo sido por este motivo, alvo da ocupação de tropas “revolucionárias” e legalistas¹¹².

Segundo relatório produzido pelo prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto, para a Câmara Municipal de São Paulo, dos 700 mil habitantes da cidade, 257.981 pessoas saíram da capital para se refugiar em outros municípios ou em bairros mais afastados¹¹³, sendo 212.385 pessoas que se deslocaram pelo transporte ferroviário¹¹⁴.

Para a população que continuou na cidade uma das principais dificuldades enfrentadas foi a questão do abastecimento de gêneros alimentícios, já que com a intensificação dos confrontos entre as forças militares, a população inicialmente tentou estocar o máximo de mantimentos que pôde, temendo que o movimento durasse muito tempo. Uma cena de uma multidão comprando mercadorias desesperadamente é relatada por Henrique Geenen, quando o mesmo voltava do seu trabalho como professor no Ginásio Anglo-Brasileiro:

Perguntei a causa desta lufa-lufa a um desconhecido — em caso de perigo, de guerra todo o mundo é amigo assim como nas inundações, nas ilhotas, que emergem, lobos e ovelhas fraternizam. Informou-me que iam ser cortadas, á tarde, a água e a luz, e que os bondes suspenderiam as suas viagens á cidade¹¹⁵.

Com a acentuação dos combates, as padarias foram encontrando dificuldades de obter farinha e com isso os entregadores já não circulavam na cidade¹¹⁶, assim como os leiteiros, que quando encontravam trincheiras, voltavam o seu caminho¹¹⁷.

Uma consequência da falta de acesso à alimentação foi a sucessão de saques a pequenos e grandes armazéns, amplamente documentado pelas memórias, pelos jornais e pelos relatórios do processo da justiça.

¹¹¹ Idem, p. 175.

¹¹² BORGES e COHEN, op. cit. p. 298.

¹¹³ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 45.

¹¹⁴ Idem, p. 41.

¹¹⁵ GEENEN, op. cit. p. 36.

¹¹⁶ Idem, p. 61.

¹¹⁷ Idem, p. 126-127.

João Cabanas¹¹⁸, em seu livro “Revolução de 1924”, publicada em 1926 em Assunção, no Paraguai, quando o mesmo estava em exílio, relata um episódio de um saque por ele autorizado, em que ele justifica a ação:

Tendo verificado de visu, e isto com bastantes amargura, o soffrimento de grande parte da população pela escassez de geners alimenticios, deliberei attenuar esses soffrimentos, fazendo de qualquer modo ou meio ao meu alcance, que o commercio de productos de primeira necessidade, abrisse suas portas ao publico e que este se abastecesse pelos preços correntes antes da revolução. Nesse intuito dirigi-me ao Mercado para começar ahi o que tinha deliberado. As portas do estabelecimento estavam fechadas; em volta delle uma multidão apinhava-se furiosa e rugia reclamando ingresso aos gritos. Immediatamente e com a urgencia que o caso requeria, mandei chamar o administrador do mesmo e entendi-me com os negociantes das adjacencias para que abrissem as portas de seus estabelecimentos.

[...]

Com o administrador do Mercado não tive bom exito. Este funcionario indifferente á desgraça do povo e á fome qu o abatia já ha quatro dias, não quis attender-me negando-se a comparecer á minha presença illudindo assim os meus propositos.

O momento não comportava dilacões; os populares anciosos esperavam uma resolução. Resolvi tomal-a, ordenando que se arrombassem as portas e que os generos alli acummulados fossem distribuidos gratuitamente pelas famílias pobres.

Como o abastecimento era livre, alguns abusos foram praticados, apesar da vigilancia com que procurava evital-os. Assim é, que tive o desgosto de castigar severamente alguns malfeitores e pequenos negociantes que carregavam generos para revendel-os fóra.¹¹⁹

¹¹⁸ João Cabanas foi um militar e político paulistano, filho de imigrantes espanhóis. Foi figura muito conhecida durante a “revolução de 1924”, quando era o responsável pela ocupação das tropas na estação da Luz. Comandou a chamada “coluna da morte”, quando os militares envolvidos no movimento armado foram para o interior do Estado de São Paulo. Cabanas fez parte do grupo de tenentes que apoiaram a Revolução de 30, porém anos depois foi opositor do governo Vargas e um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora. Nos anos 1950 foi eleito para a Câmara dos Deputados como suplente. Faleceu na capital paulista em 1974. CPDOC. Verbetes Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABANAS,%20João.pdf> Acesso em 23/10/2019.

¹¹⁹ CABANAS, João. Revolução de 1924. Assumpção, 1926. p. 33-34.

Ciro Costa e Eurico de Goes reproduzem em seu livro “Sob a Metralha” um boletim do “governo revolucionário” que afirma que quem fosse pego em atitude desordeira seria preso e punido e que os comerciantes deveriam manter os preços dos bens de primeira necessidade, caso contrário, providências seriam tomadas¹²⁰. Explicitamente contrários aos saques, eles afirmam que “vândalos” furtavam a cidade:

Andavam de mistura, na sarabanda da rapina, homens, mulheres, crianças, disputando, com a sordida farrapice de vadios e mendigos, o producto criminoso dos furtos e roubos

[...]

Foram saqueados: os armazens de Matarazzo, Puglisi, Moinhos Gamba, Rieckmann & C.^a, Adler & C.^a, Pieri & Belli, Metzger, Ernesto de Castro & C.^a, os da Fábrica de Tecidos Belem, a Cooperativa da Fôrça Pública, os generos do Mercado Municipal, mercadorias que se achavam nos depósitos da Central, da São Paulo Railway, e quasi todos os emporios do Braz, Mooxa e do Cambucy!... Carrolas e auto-caminhões passavam, atulhados, sob o tripúdio daquela pilhagem vergonhosa.¹²¹

Aureliano Leite, crítico ferrenho à pilhagem feita pela população e defensor incondicional do governo legal, narra a ocorrência de um saque a armazéns na Vila Mariana, apoiado pelo exército legalista:

Arrombando as portas dos pequenos armazens, a coice de fuzil, franquearam, em ingenuidade lastimavel, a entrada do povo faminto. E o baixo povo gozou a pilhagem, chafurdando nos bens alheios.

Era de ver-se o novo espectáculo. Mocinhas franzinas, de 14 a 15 anos, ou velhinhas recurvadas, quasi incapazes de se sustentarem de pé, carregando nas costas sacos de farinha de trigo de 60 quilos! Como dá energia a fome fecundada pela tentação do que não é seu!¹²²

Cabanas afirma que para conquistar o apoio popular, que para ele era fundamental para o êxito da Revolução, permitia que os saques ocorressem, e que eles mostravam a insatisfação

¹²⁰ COSTA e GOES. op. cit. p. 64.

¹²¹ Idem, p. 64-65.

¹²² LEITE, Aureliano. Dias de pavor: figuras e scenas da revolta de S.Paulo. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924. p. 158-159.

coletiva para com os grandes empresários paulistas, declarando que os estabelecimentos das firmas Matarazzo e Gamba eram os principais alvos da ira pública¹²³.

Aquelle que tentasse defender as firmas Matarazzo, Gamba e outros, arriscava-se a um lynchamento. Oradores improvisados faziam subir mais o odio popular, gritando a plenos pulmões, “que os srs. Matarazzos eram usurarios, exploradores do povo, envenenadores da população, vendedores de assucar com kaolim, azeite com materias nocivas, farinha de trigo com substancias estranhas, açambarcadores de generos alimenticios, crueis e indifferentes aos soffrimentos de seus operarios; exploradores sem consciencia das classes proletarias, sugadores do povo”¹²⁴

Falas como essa descrita por Cabanas foi motivo de temor por parte das classes conservadoras e do poder público, que em diversas oportunidades alertava sobre o perigo “bolchevista” que poderia ocorrer com a participação de militantes políticos no movimento:

Os saques levados a effeito pelo populacho, mancomunado com a soldadesca ébria se sem direcção, constituem uma pagina negra e aviltante da occupação de S. Paulo; imperava, de resto, o desejo occulto de destruir a riqueza paulista, de arruinar os homens de fortuna. Distribuindo os seus haveres com a malandragem das ruas, numa especie de bolchevismo nivelador das classes.¹²⁵

¹²³ CABANAS, João. op. cit. p. 34-35.

¹²⁴ Idem, p. 35.

¹²⁵ SÃO PAULO (ESTADO). Polícia Militar. Movimento subversivo de julho. São Paulo, Casa Garroux, 1925. p. 39.

José Carlos de Macedo Soares¹²⁶, presidente da Associação Comercial de São Paulo, envia uma correspondência para o Presidente do Estado, Carlos de Campos, onde também cita o perigo comunista no movimento

O aniquilamento do poder industrial do Estado de São Paulo prossegue todos os dias, pelo efeito destruidor das granadas e pelas devoradoras de pavorosos incêndios. Os operários agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde pelos “sem trabalho” tentada com certeza a subversão da ordem social. O ânimo da leal e fiel população de São Paulo está abatido, mas compara com azedume o tratamento generoso que se tem recebido dos revolucionários com a desumanidade inútil de ininterrupto bombardeio¹²⁷.

Os estabelecimentos industriais e comerciais não foram apenas agitados pelos saques ocorridos, mas também pelos grandes incêndios que atingiram grandes edifícios na cidade.

A famosa fábrica Cotonifício Crespi, uma das mais importantes do ramo têxtil, foi incendiada no dia 22 de julho, resultado da ação da artilharia legalista, que lançou granadas

¹²⁶ José Carlos de Macedo Soares foi um importante empresário e político paulista, nasceu em São Paulo em 1883, vindo de uma família rica e influente do país. Seu pai, José Eduardo de Macedo Soares foi um empresário, seu avô, Joaquim Mariano de Azevedo Soares, um importante fazendeiro do estado do Rio de Janeiro, seu tio, conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, foi ministro do Supremo Tribunal Federal, seus três irmãos também se destacaram na vida política, sendo José Cássio de Macedo Soares, deputado federal pelo Partido Constitucionalista de São Paulo entre 1935 e 1937, outro irmão, José Roberto de Macedo Soares foi embaixador no Uruguai de 1945 a 1951 e José Eduardo de Macedo Soares foi um jornalista, fundador do Diário Carioca e deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1915 a 1923, na constituinte de 1934 e senador pelo estado do Rio de Janeiro de 1935 a 1937. Administrou os negócios das empresas da família de sua esposa, Matilde Melchert da Fonseca. Em 1923 tornou-se presidente da Associação Comercial de São Paulo, entidade que reunia os industriais e comerciantes do estado. Pela sua atuação na Revolução de 1924, tentando diminuir os bombardeios junto as forças legalistas e revolucionários, foi preso por 2 meses acusado de conivência com o movimento. Depois se exilou na Europa. Voltou ao país para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e depois a Revolução de 1930. Durante o governo Vargas desempenhou funções diplomáticas na Europa e foi eleito deputado da Constituinte de 1934. Foi ministro das Relações Exteriores (tanto no governo Vargas, quanto no de Juscelino Kubitschek) e posteriormente da Justiça. Foi presidente de diversos institutos, como o Instituto Brasileiro de Estatística (que a partir de 1938 foi chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, e presidente da Academia Brasileira de Letras. Depois que deixou a vida política, no governo Kubitschek, foi proprietário de fazendas e diretor de diversas empresas, como Companhia Paulista de Artefatos de Alumínio, Meira Muller, Cerâmica Porto Ferreira, Companhia Anglo-Brasileira de Tecidos de Juta, Companhia Campos de Jordão, Companhia Paulista de Estrada de Ferro, Companhia Americana de Seguros, São Paulo Companhia Nacional de Seguros de Vida, além do Banco de São Paulo. Foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da PUC-Rio. Faleceu em São Paulo, em 1968. KELLER, Vilma. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo Acesso em 24/10/2019.

¹²⁷ SOARES, José Carlos de Macedo apud BORGES e COHEN, op. cit. p. 305.

incendiárias no prédio, destruindo toda a matéria-prima e o estoque pronto para a exportação.¹²⁸ A fábrica esteve ocupada pelos revolucionários comandados por João Cabanas anteriormente¹²⁹. Segundo Cabanas, a fábrica já havia sido incendiada antes, (de acordo com uma reportagem do Estado de São Paulo era a quinta vez que o prédio sofria com as chamas¹³⁰) quando a mesma funcionava como abrigo para mais de 300 mulheres e crianças¹³¹.

O incêndio que praticamente destruiu a Crespi pôde ser observado de vários pontos da cidade, mesmo que distantes da Moóca, como relatam padre Luiz Marcigaglia no Lyceu Sagrado Coração de Jesus, nos Campos Elísios¹³² e Henrique Geenen, que morava na Vila Mariana:

Hoje de tarde, foi a nossa atenção, de novo, chamada por rolo de fumaça enorme, mas desta vez do lado oposto.

Soubemos, pouco depois que se tratava do enorme incêndio da fabrica Crespi, no alto da Moóca¹³³.

Outros locais importantes também sofreram com os incêndios, como os Moinhos Gamba, na fábrica da Antarctica, no depósito de inflamáveis Mercansul¹³⁴ e Casa Verde¹³⁵, a Companhia Duprat, a fábrica de biscoitos Duchen, armazéns de Nazareth Teixeira, da Comércio e Navegação, casas nas ruas Tabatinguera, na 25 de março, vagões e estações de trem¹³⁶ e no Fórum Criminal, na rua do Riachuelo, centro de São Paulo. Grande parte da construção e parte de seu arquivo foram perdidos¹³⁷, o que para muitos tinha como objetivo destruir processos e provas e assim liberar diversos presos¹³⁸.

Os bombardeios ocorridos na capital não vitimaram apenas grandes fábricas, mas também a população civil sofreu com seus danos. Um caso emblemático foi o do bombardeio do Theatro Olympia, localizado no bairro do Brás, e que servia de abrigo para centenas de

¹²⁸ O Estado de São Paulo, dia 24/07/1924, p.1.

¹²⁹ CABANAS, op. cit. p. 52.

¹³⁰ O Estado de São Paulo, dia 24/07/1924, p.1.

¹³¹ CABANAS, op. cit. p. 60.

¹³² MARCIGAGLIA, op. cit. p. 172.

¹³³ GEENEN, op. cit. p. 189.

¹³⁴ COSTA e GOES. op. cit. p. 177.

¹³⁵ DUARTE, op. cit, p. 141.

¹³⁶ Idem, p. 179.

¹³⁷ O Estado de São Paulo, dia 26/07/1924, p.2.

¹³⁸ COSTA e GOES. op. cit. p. 369.

peessoas. Quase 30 pessoas morreram e mais de 100 ficaram feridas, incluindo muitas crianças¹³⁹.

Após o fim do levante, o governo estadual aprovou a lei n. 1.972 de 26 de setembro de 1924 que:

Autoriza o Poder Executivo a socorrer as vítimas da recente rebelião militar, a auxiliar as instituições de caridade que acolheram feridos e a concorrer para as reconstrução de templos damnificados.

O Doutor Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo. Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte.

Artigo 1.º - Para atenuar os sofrimentos e danos resultantes da recente revolta iniciada a 5 de Julho proximo findo, fica o Governo autorizado :

- a) a auxiliar pecuniariamente as vítimas pobres e os hospítios de caridade e instituições congêneres que humanitariamente deram acolhida e tratamento aos doentes e feridos;
- b) a concorrer para a reconstrução de templos religiosos;
- c) a abrir á Secretaria do Interior, os créditos especiais que forem necessários para ocorrer ás despesas de que trata este artigo. ¹⁴⁰

Para colocar em prática o que a lei requeria, o arcebispo metropolitano de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva¹⁴¹ ficou responsável por colher os depoimentos das pessoas que iriam solicitar a “indenização”¹⁴². Francisco Moacir Assunção Filho, em sua dissertação de mestrado, traz vários desses relatos¹⁴³, que contribuem para entender o cotidiano da população civil durante o mês de julho de 1924.

¹³⁹ MARCIGAGLIA, op. cit. p. 145.

¹⁴⁰ Lei n. 1.972 de 26/09/1924. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-1972-26.09.1924.html> acesso em 24/10/2019.

¹⁴¹ Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté (SP) em 1867. Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas abandonou os estudos por motivos de saúde. Ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo em 1887, onde se tornou padre em 1892. Foi vigário da Paróquia de Santa Cecília, sagrado bispo pelo papa Leão XIII em 1904, bispo de Curitiba de 1904 a 1906, quando foi transferido para a diocese de São Paulo e em 1908 foi nomeado arcebispo da arquidiocese de São Paulo. Teve importante papel na Revolução de 1924, quando juntamente com o prefeito Firmiano de Moraes Pinto se dirigiu ao presidente do Estado Carlos de Campos e ao presidente da República Artur Bernardes, para pedir o fim dos bombardeios. Foi um grande apoiador da Revolução Constitucionalista de 1932. Faleceu em São Paulo, em 1938. DIAS, Sônia. Disponível em: www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/silva-duarte-leopoldo-e acesso em 24/10/2019.

¹⁴² ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. 1924 – Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. p. 56.

¹⁴³ A documentação consultada por Francisco Moacir Assunção Filho está acondicionada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Um primeiro relato que o autor traz é do padre Luiz Marcigaglia, já conhecido desta pesquisa:

No dia 17 de julho, pela tarde, caiu uma granada na frente da casa do sr. de Giani, justamente quando estavam lá brincando seus filhos. Foi um espetáculo desolador! Uma menina de 12 anos, Lucia, ficou completamente despedaçada. Três outros filhos, gravemente feridos, foram transportados para a Santa Casa. Um deles, Pedro, faleceu dias depois. O outro, uma criança chamada Victor, teve um pé amputado. O maior foi levado para o Lyceu, onde continuou o tratamento até ficar bom¹⁴⁴.

Assunção Filho completa a informação sobre essa família, que foi ainda mais atingida pela tragédia. A mãe das crianças mortas tinha dado à luz a duas gêmeas, porém a mãe muito abalada com a situação não conseguiu mais amamentar os bebês, que acabaram falecendo também¹⁴⁵. Outros relatos mostram que a população dos bairros operários da Zona Leste foram os mais atingidos pela artilharia, em sua maioria legalista:

Moradora da Rua Rubino de Oliveira, 32, no Brás, a brasileira Clotilde de Almeida Queiroz relatou a morte do seu filho, Euclides de Almeida Queiroz, de 19 anos, quando seguia para casa, na Rua Fontes Júnior, atingido por um tiro disparado por soldados legalistas, em confronto com rebeldes. Seu vizinho, o português Antonio Pinto de Assis, natural do Vizeu e morador da Rua Conselheiro Belizário, 72, no Brás, contou que, em 8 de julho, uma bomba vinda da Penha caiu sobre sua casa, matando três filhos, Dora, de 14 anos, Hermínia de 7, e Linda, de três meses, além de deixar sua mulher e ele próprio feridos. Enéas de Abreu, de 21 anos, brasileiro natural de Pernambuco, relatou à comissão que teve as pernas amputadas quando, ao seguir para almoçar em um restaurante, foi atingido, ao lado de um amigo, em frente ao Hotel Terminus, no centro, por estilhaços de granada disparada por tropas legais¹⁴⁶.

O saldo dos dias de combate na cidade, segundo um relatório “A Prefeitura de São Paulo em face dos acontecimentos de julho” produzido pelo prefeito de São Paulo, foi de 174.095 feridos que foram socorridos na capital e um total de 500 mortos enterrados nos

¹⁴⁴ MARCIGAGLIA apud ASSUNÇÃO FILHO, op. cit. p. 57.

¹⁴⁵ ASSUNÇÃO FILHO, op. cit. p. 57.

¹⁴⁶ Idem, p. 59.

cemitérios da capital em decorrência dos conflitos¹⁴⁷. Número esse questionável, pois em diferentes fontes aparecem diferentes relatos, como o de Henrique Geenen, que diz que as listas nos jornais passam de 200 vítimas diárias¹⁴⁸.

O relatório produzido pelo prefeito apresenta diversas estatísticas sobre a ocupação da cidade, como a abertura de 309 trincheiras na capital, feitas com o calçamento das ruas, 1.800 prédios foram atingidos por granadas e bala, além de danos para 103 estabelecimentos industriais e comerciais, sendo 7 que sofreram incêndios, 6 que sofreram com incêndios e saques, 61 que foram somente saqueados, 17 com grandes prejuízos provenientes de bombardeios, 6 foram roubados e outros 6 tiveram perdas com requisições feitas pelo exército revolucionário¹⁴⁹.

Uma das principais fontes a serem consultadas sobre os acontecimentos de julho de 1924 são as fotografias que registram os danos causados pelos combates. Ilka Stern Cohen possui um estudo direcionado a essas fontes fotográficas, em um artigo intitulado “Imagens de 1924”¹⁵⁰, da mesma forma que Iara Lis Schiavinatto em “Séries fotográficas narram um evento: 1924/São Paulo”¹⁵¹.

As fotografias analisadas pelas autoras partem de duas coleções, majoritariamente, uma de autoria desconhecida e uma segunda, assinada pelo fotógrafo Gustavo Prugner, especializado em cartões-postais. Essas fotos podem ser entendidas dentro de uma perspectiva observada por Boris Kossoy:

“a eleição de um aspecto determinado – isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético –, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, (...) configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens (...).”¹⁵²

¹⁴⁷ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 68.

¹⁴⁸ GEENEN, op. cit. p. 181

¹⁴⁹ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 36.

¹⁵⁰ COHEN, Ilka Stern. Imagens de 1924. In Revista STUDIUM n°. 21, inverno de 2005. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/21/studium-21.pdf> acessado em 13/11/2019.

¹⁵¹ SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Séries fotográficas narram um evento: 1924/ São Paulo” in Revista STUDIUM n°. 8, verão de 2002. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/studium-8.pdf> acessado em 13/11/2019.

¹⁵² KOSSOY, Boris. Apud COHEN, Ilka Stern. “Imagens de 1924”. p. 91.

As fotografias denunciam os danos causados à população civil, mostrando as casas destruídas, as fábricas incendiadas, as ruas entrincheiradas. Elas podem ser vistas como provas materiais da destruição causada pela ocupação da cidade, para fins de reparação financeira ou comercializada, em forma de cartões-postais¹⁵³.

Sobre as coleções, Schiavinatto discorre sobre as características de cada uma, a começar pelas fotografias de Gustavo Prugner:

Visto nesta série, o movimento de 1924 encontra uma tradução imagética à altura das memórias de velhos coletadas por Ecléa Bosi, nas quais esse evento era vivamente comentado e sua presença na vida urbana enfatizada. Por outro lado, a série anônima, conservada pelo mesmo colecionador, funciona como uma espécie de contraposição e complemento da série GP, porque permite ver edifícios públicos, casas, praças, igreja, antes dos eventos que modificam a paisagem urbana, bem como apresenta alguns depois dessa ação militar.¹⁵⁴

Essas fotografias também nos permitem pensar o cotidiano da cidade durante os 23 dias de ocupação militar.

Com a fuga dos militares para o interior, com o objetivo de continuar a luta em outras regiões do Brasil, a cidade começava a voltar ao seu ritmo cotidiano. Nos jornais diversos anúncios dirigidos à população divulgam a volta de diferentes atividades, escolas como o Gymnasio de São Bento¹⁵⁵, Gymnasio Anglo-Latino¹⁵⁶, o Mackenzie College e Escola Americana¹⁵⁷, a Escola Oficial de Commercio¹⁵⁸, fábricas convocavam a volta de seus operários, como a Companhia Antártica Paulista¹⁵⁹, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta¹⁶⁰, a São Paulo Alpargatas Company¹⁶¹. As repartições públicas também voltavam ao seu funcionamento e também requisitava a volta de seus funcionários por meio dos anúncios, como o Serviço Sanitário¹⁶², a Secretária de Agricultura¹⁶³, a Repartição de Aguas e Exgottos

¹⁵³ MENDES, Ricardo. Apud COHEN, Ilka Stern. "Imagens de 1924". p. 92.

¹⁵⁴ SCHIAVINATTO, Iara Lis. op. cit. p. 46.

¹⁵⁵ A Platéia, 31/07/1924, p. 2.

¹⁵⁶ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 4.

¹⁵⁷ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

¹⁵⁸ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

¹⁵⁹ A Platéia, 31/07/1924, p. 2.

¹⁶⁰ A Platéia, 31/07/1924, p. 2.

¹⁶¹ Correio Paulistano, 30/07/1924, p. 3.

¹⁶² Correio Paulistano, 30/07/1924, p. 3.

¹⁶³ Correio Paulistano, 30/07/1924, p. 3.

de S. Paulo¹⁶⁴, Secretaria da Fazenda e Thesouro do Estado¹⁶⁵, assim como os diversos bancos que funcionavam na capital, como o Banco do Commercio e Industria de S. Paulo¹⁶⁶, o Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Estado de São Paulo¹⁶⁷, o The British Bank of South America Ltd.¹⁶⁸. Aos poucos a cidade foi reativando seus serviços.

¹⁶⁴ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

¹⁶⁵ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 2.

¹⁶⁶ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

¹⁶⁷ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

¹⁶⁸ Correio Paulistano, 31/07/1924, p. 3.

Capítulo III – A ausência e a presença: os poderes políticos municipais frente a “Revolução de 1924”

Durante os dias de conflitos decorrentes da ocupação militar da cidade, os poderes executivo e legislativo tiveram atuações quase opostas visando a normalização das atividades em São Paulo.

O prefeito de São Paulo na época, Firmiano de Moraes Pinto¹⁶⁹, apresentou-se constantemente para administrar a cidade, já que seu cargo havia sido mantido pelo “governo revolucionário”. Uma das primeiras ações nesse sentido foi a criação da Guarda Municipal:

ACTO N. 2.424, DE 10 DE JULHO DE 1924

Crêa a Guarda Municipal:

O prefeito do Município de São Paulo, usando das attribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando a necessidade de provêr á segurança pessoal e material do Município de São Paulo, ante os factos occorridos nestes ultimos dias, resolve:

Artigo 1º – Fica creada a Guarda Municipal, incumbida do policiamento da cidade de São Paulo.

Artigo 2º – Delegar os necessarios poderes ao dr. Henrique de Souza Queiroz, para organização e direcção da Guarda Municipal, creada por este acto.

Prefeitura do Município de São Paulo. 10 de julho de 1924, 371.º da fundação de S. Paulo.

O Prefeito,

(a) Firmiano M. Pinto

O director geral,

(a) Luiz Tavares.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Firmiano de Moraes Pinto nasceu em Itu (SP) em 1861. Filho de Antônio José Pinto e de Francisca Emília de Moraes, sua irmã Albertina de Moraes Pinto casou-se com Martinho da Silva Prado Júnior, da abastada família dos “Da Silva Prado”. Se formou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1882. Foi secretário de polícia do Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, presidente da província de São Paulo entre 1882 e 1883. Depois foi juiz municipal em Limeira e após a Proclamação da República, foi nomeado intendente municipal de São Paulo. Foi deputado federal por São Paulo, secretário da Agricultura durante o mandato de Campos Salles como Presidente do Estado. Foi prefeito de São Paulo de 1920 a 1926. Após a Revolução de 1930, se ausentou da vida política, sendo criador de cavalos e presidente do Jockey Club. Faleceu em 1938. FRANCO, Dirceu. Verbetes CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINTO,%20Firmiano%20de%20Moraes.pdf> acesso em 02/11/2019.

¹⁷⁰ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 14-15.

A Guarda Municipal, sob a chefia de Henrique de Souza Queiroz¹⁷¹, tinha como função garantir proteção à vida e à propriedade paulistana, tendo exercido atividades referentes à assistência médica aos feridos, transporte da população, socorro às pessoas que estavam fugindo de suas casas para locais mais seguros, auxílio no abastecimento dos armazéns e a apreensão de itens saqueados¹⁷². Alistaram-se homens da população civil, que de maneira voluntária faziam parte da mesma. Segundo o relatório do prefeito, mais de 3000 pessoas se voluntariaram, número que era superior ao necessário, então foi feita uma seleção de 981 integrantes para a mesma.¹⁷³

A Guarda Municipal contou com uma grande participação dos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco¹⁷⁴. José Carlos de Macedo Soares pediu auxílio a Paulo Duarte, que na época além de jornalista de O Estado de S. Paulo, também era estudante da Faculdade de Direito, para que este reunisse pelo menos 100 alunos para se juntar à Guarda Municipal¹⁷⁵. O número de voluntários foi bem maior do que foi requerido inicialmente:

O Estado de São Paulo, no dia 11 de julho, assim se manifestou sobre o assumpto:

A noite, naquelle local, os estudantes, em número de duzentos, se reuniram, em presença do dr. José Carlos de Macedo Soares e Henrique de Souza Queiroz [...] O dr. José Carlos falou também sobre os fins da milícia que não tinha côr politica e sim o fim único de manter o sossego na Capital, contra desordeiros [...]¹⁷⁶

¹⁷¹ Henrique de Souza Queiroz nasceu em São Paulo em 1884, filho do advogado e delegado de polícia Augusto de Souza Queiroz e de Jessi do Amaral de Souza Queiroz, sendo a família de ambos grandes proprietários agrícolas. Se formou em direito na Faculdade do Largo São Francisco em 1906, tendo sido vereador e vice-prefeito da cidade entre 1918 e 1924, não desempenhando essa função durante o mês de julho de 1924. Foi diretor do Instituto do Café de São Paulo entre 1922 e 1924 e presidente da Sociedade Rural Brasileira de 1928 a 1930. Foi membro do diretório central do Partido Democrático de São Paulo, quando então apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Apoiou a Revolução de 1930, depois ocupou a Secretária de Agricultura, Indústria e Comércio. Com o desgaste da relação entre o governo de Vargas e os políticos paulistas, Henrique de Souza Queiroz apoiou a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi diretor de uma grande empresa agrícola em São Manuel, no interior do Estado, além de membro do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo. Faleceu em 1961. HIPÓLITO, Regina. Verbetes CPDOC. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/queiros-henrique-de-sousa Acesso em 02/11/2019.

¹⁷² Idem, p. 32.

¹⁷³ Idem, p. 32.

¹⁷⁴ Idem, p. 31.

¹⁷⁵ DUARTE, Paulo. op. cit. p. 289.

¹⁷⁶ Idem, p. 290, nota de rodapé n° 69.

A organização dos alunos ficou conhecida como a “Brigada Acadêmica”¹⁷⁷.

A Guarda Municipal foi organizada em 40 distritos espalhados pela cidade, que além de prestarem os serviços para as quais foram criados, acabaram servindo de abrigo para as famílias que não podiam estar em suas casas¹⁷⁸.

José Carlos de Macedo Soares foi o nome mais participativo dentro das ações públicas que visavam organizar a vida civil na cidade. Juntamente com o coronel Soares Neiva, reorganizaram o Corpo de Bombeiros, tendo em vista o grande número de incêndios que atingiam São Paulo¹⁷⁹. O corpo de Bombeiros foi formado por oficiais, praças reformados e na ativa de bombeiros que se mantiveram na cidade, sendo eles identificados por uma braçadeira vermelha e pelo cinto com materiais necessários ao trabalho¹⁸⁰.

Paulo Duarte afirma que a ação dos bombeiros não foi nem um pouco facilitada pelas tropas legalistas, diferentemente das revolucionárias, já que enquanto tentavam apagar os incêndios, continuavam a receber a artilharia governista¹⁸¹. Inicialmente Duarte se apresentava como opositor ao movimento armado de Isidoro Dias Lopes, porém, no decorrer do seu livro de memórias e relatos sobre a Revolução, é nítido o quanto sua posição vai mudando, não ao ponto de apoiar o exército revolucionário, mas de não ser um defensor do governo, somente da legalidade, já que ele testemunhou ações praticadas e defendidas pelos líderes do governo no sentido de acabar com a Revolução a qualquer custo. E é justamente quando este relata a ação dos bombeiros é que é possível observar sua posição: “Grandes sicarios os revoltosos!... Grandes heroes os defensores da lei!...”¹⁸², de maneira extremamente irônica.

O corpo de bombeiros voltou a funcionar no dia 25 de julho, mesmo que quase no fim da ocupação da cidade, evitaram que grandes incêndios se propagassem, como o ocorrido no Fórum Criminal, nas Oficinas Duprat, que ameaçavam um grande número de construções na rua Florêncio de Abreu, além do incêndio no estabelecimento de inflamáveis Casa Verde, no Brás, decorrente de uma granada jogada no edifício¹⁸³.

¹⁷⁷ Idem, p. 290.

¹⁷⁸ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 33.

¹⁷⁹ DUARTE, Paulo. op. cit. p. 138.

¹⁸⁰ Idem, p. 138-139, nota de rodapé nº 36.

¹⁸¹ Idem, p. 140.

¹⁸² Idem, p. 140.

¹⁸³ Idem, p. 141.

Outra ação desenvolvida diretamente pelo prefeito foi a organização de uma Comissão de Abastecimento, junto com a subcomissão de socorro aos indigentes. De acordo com os documentos oficiais:

O programma da Commissão comprehendida certo numero de problemas em intima ligação uns com outros e que por nós foram postos em série, afim de melhor lhes dar solução. Ficou essa série, desde o primeiro momento, constituída do modo seguinte: - Verificação dos stocks existentes; sua distribuição regular pela população com recursos; sua distribuição sufficiente pelos habitantes desprovidos de meios; sua renovação¹⁸⁴.

A primeira atividade da comissão foi a de conferir os estoques de produtos de primeira necessidade, como farinha, arroz, açúcar, café, feijão, carnes e banha, que segundo o relatório do prefeito, tinha em quantidade suficiente para semanas. O que mais estava em falta era combustível e lenha¹⁸⁵.

Uma das principais ações atribuídas à Comissão de Abastecimento foi a criação de uma tabela de preços, que se fez necessária por conta da ação de comerciantes que se aproveitaram da situação de pânico da população para cobrar preços exorbitantes pelas mercadorias¹⁸⁶. Além disso, a Comissão procurou garantir a venda de estoques da Escola de Pomologia e dos armazéns do Pary, tendo no Theatro Apollo sede de vendas¹⁸⁷.

Uma atividade da Comissão de Abastecimento muito comentada pelo prefeito foi o serviço de transporte dos alimentos do estoque e da população, que estava no epicentro da luta, para bairros mais afastados e para os abrigos organizados por diversos grupos, como escolas e hospitais¹⁸⁸.

Organizações como a Cruz Vermelha, a Liga Nacionalista, entre outras, já estavam prestando o serviço de apoio à população, antes mesmo da criação da Comissão da prefeitura. Por isso:

Em taes circumstancias, estava o caminho naturalmente traçado. Adoptou a Commissão a politica de auxiliar, antes de tudo, essa acção dos que já occupavam a . [...] Deve-se accrescentar que muitas dellas não haviam por

¹⁸⁴ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 19.

¹⁸⁵ Idem, p. 20-21.

¹⁸⁶ Idem, p. 21.

¹⁸⁷ Idem, p. 21-22.

¹⁸⁸ Idem, p. 23-24.

nós esperado para deitar mãos á obras. Luctavam, todavia, com impossibilidades de execução material ou com escassez de recursos¹⁸⁹.

Além das já citadas organizações, serviram de abrigo ou deram assistência, distribuindo refeições, os teatros Esperia, São Paulo, Avaniada, Olympia, São Pedro, Marconi, Rio Branco, Brasil e Pathé Palacio, os grupos escolares de Pinheiros, Lapa, Bella Vista, Barra Funda, Bom Retiro, Arouche, Rodrigues Alves, Dom Pedro II, as Escolas Reunidas da Agua Branca, Butantan, V. Cerqueira Cezar, Collegio Baptista Brasileiro, o Santo Agostinho, o Externato Santa Cecilia, Collegio Santa Ignez, Collegio Sion, Collegio Sant'Anna, a Escola Americana, o Gymnasio Anglo Latino, o Instituto Medio Dante Alighieri, além de diversas Igrejas como Sagrado Coração de Maria, Convento do Carmo, a Igreja Matriz da Bella Vista, N. S. R. Pompeia, Sant'Anna, do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja de São Bento, convento de São Francisco, diversas igrejas Baptistas e sinagogas, vários hospitais como a Santa Casa, Hospital Allemão, a Beneficencia Portugueza, Instituto Paulista, Samaritano, Hospital de Isolamento, o Sanatorio Santa Catharina, juntamente com os 40 postos da Guarda Civil, entre outras associações. A Prefeitura fez um levantamento de 182 postos de socorro¹⁹⁰.

As estatísticas apresentadas pelo Prefeito Firmiano de Moraes Pinto em seu relatório apontam a quantidade de 581.187 refeições distribuídas pelos 182 postos apresentados¹⁹¹, do mesmo modo que foram abrigadas nestes postos 42.315 pessoas e 131.780 socorridos externamente¹⁹².

A Directoria de Hygiene foi responsável pelos sepultamentos dos falecidos no período de ocupação da cidade, feitos pela Empresa Rodovalho¹⁹³. Foram 1.151 mortes, sendo 500 delas decorrentes dos combates de julho, com os enterros distribuídos em vários cemitérios da capital, mas em maior concentração no Araçá, na Consolação, no Brás e na Vila Mariana¹⁹⁴.

O setor de limpeza pública da prefeitura foi responsável pelo enterramento ou incineração dos animais mortos devido à revolta, tendo sido apresentado o número de 70 animais mortos por granadas na zona norte, 45 mulas e burros na zona leste e 51 animais mortos na zona oeste¹⁹⁵.

¹⁸⁹ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit., p. 24.

¹⁹⁰ Idem, tabelas entre as p. 40-41, 44-45 e 48-49.

¹⁹¹ Idem, p. 25.

¹⁹² Idem p. 43.

¹⁹³ Idem, p. 34.

¹⁹⁴ Idem, p. 33.

¹⁹⁵ Idem, p. 35.

Em determinada parte do relatório, que foi enviado aos vereadores da cidade, o Prefeito Firmiano de Moraes Pinto, solicitou que os mesmos aprovassem uma ajuda de custo, no valor de 250:000\$, para pagamento dos gêneros distribuídos à população durante o conflito, despesas com as publicações de informativos, além das requisições que não haviam sido pagas naquele momento¹⁹⁶. O relatório foi enviado para a Câmara no dia 27 de setembro de 1924, semanas após o restabelecimento das atividades legislativas de São Paulo.

Na outra esfera do poder público municipal, o legislativo paulistano não atuou enquanto instituição, somente com a iniciativa individual de alguns nomes que constituíam o parlamento paulistano.

Durante o mês de julho de 1924 não houve nenhuma sessão na Câmara Municipal de São Paulo. Os trabalhos só foram retomados após o fim do levante militar, com a primeira sessão ordinária pós-acontecimentos de julho sendo realizada no dia 8 de agosto daquele mesmo ano¹⁹⁷. Houve duas tentativas de reuniões a serem feitas na Câmara Municipal, mas ambas não ocorreram devido ao número insuficiente de presentes¹⁹⁸, dos 16 vereadores que compunham a legislatura do ano de 1924¹⁹⁹, somente 4 se apresentaram para a primeira reunião e 5 para a segunda²⁰⁰.

Como não poderia ser diferente, a primeira vez que os vereadores por completo se encontraram foi repleta de falas inflamadas sobre o período que a cidade havia acabado de passar. Os vereadores inicialmente tentaram justificar suas ausências durante o mês de julho, como o vereador Innocencio Seraphico alega:

Devo declarar que não compareci a nenhuma das sessões ordinarias que deviam realizar-se durante o período anormal que atravessámos. E não compareci, porque pensava e continuo a pensar que assembléas legislativas como a nossa não podem funcionar e trabalhar sinão dentro de um regimen de ordem e legalidade, em que sejam prestigiadas as suas resoluções²⁰¹.

¹⁹⁶ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 52.

¹⁹⁷ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 513.

¹⁹⁸ Idem. p. 511-512.

¹⁹⁹ Nome dos vereadores que compunham cada legislatura, desde 1892, pode ser consultado em: www.saopaulo.sp.leg.br/biblioteca/arquivo-vereadores/

²⁰⁰ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 511-512.

²⁰¹ Idem, p. 514.

O vereador Luiz Augusto Pereira de Queiroz foi o primeiro a fazer um discurso analisando a ocupação da cidade pelo exército revolucionário, ao qual o vereador se refere como criminosos:

Reunir-se antes a Camara, seria primeiro irregular, pois estavamos em um período de feriados, e segundo criminoso, pois ella só poderia agir sob a proteção e benevolencia dos criminosos, que, num golpe de audacia, muito commum a salteadores de estrada, se apossaram e saquearam uma cidade aberta, como São Paulo

[...]

Não quis a Camara de São Paulo reunir-se durante o periodo do motim, porque isso seria prestar um apoio moral a essa léva de desordeiros, cujos objectivos de furto e rapina só agora, attonitamente, a população de São Paulo está conhecendo [...]

Não quiz a Camara Municipal de São Paulo reunir-se, quando na capital imperava o cháos, a desordem e o luto, porque a sua acção seria inocua, si não fosse criminosa, pois é claro que dia só poderia agir ao talante dos amotinados.

Não quiz a Camara Municipal de São Paulo reunir-se antes, para que isso não servisse de mau exemplo ás municipalidades do interior do Estado.

Não quiz a Camara Municipal de São Paulo reunir-se antes, porque, collocando-se no ponto de vista dos interesses gentes do paiz, preferiu mesmo ser julgada malevolamente por alguns espiritos levianos a se tornar connivente com o motim.

Não quiz a Camara Municipal de São Paulo reunir-se antes, porque muitos dos seus membros estavam impedidos pela força de permanecer na capital²⁰².

O vereador, que também desempenhava a função de vice-prefeito²⁰³, fez uma defesa incondicional do presidente do Estado Carlos de Campos, afirmando que a ação do mesmo “sacrificou no altar da Patria milhares de vidas e de propriedades, para salvar a Republica”²⁰⁴.

²⁰² Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 515.

²⁰³ Luiz Augusto de Pereira Queiroz é citado no Relatório do Prefeito como vice-prefeito (p. 19), assim como nos livros de Ciro Costa e Eurico de Goes, *Sob a Metralha* (p.83), e de Aureliano Leite, *Dias de Pavor* (p. 89), mas também figura na lista dos vereadores da legislatura iniciada em 1923 e finalizada em 1926, tendo discursado nas sessões da Câmara. Porém não foi possível encontrar dados biográficos do mesmo.

²⁰⁴ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 516.

O Vereador atribui aos revolucionários todas as desordens e estragos causados no período de ocupação da cidade, mesmo que se soubesse que a ação das forças legalistas foi também responsável pela destruição de parte da cidade:

Uma revolução não se faz, tendo por epílogo a pilhagem e o saque desenfreado.

Uma revolução não se faz, tendo por epílogo a destruição de inúmeros pequenos patrimônios organizados, durante annos, por uma população ordeira e laboriosa.

Uma revolução não se faz, fuzilando-se cidadãos inermes. Uma revolução não se faz, artilhando-se uma cidade aberta, como S. Paulo, e escolhendo-se para bases de seus canhões os pontos onde a densidade de população é maior, e transformando-se igrejas, como a de N. S. da Gloria, em reductos armados²⁰⁵.

O discurso proferido por Luiz Augusto de Pereira Queiroz foi publicado em jornais da capital da República, por conta do requerimento n.248 de 1924²⁰⁶, de autoria do vereador Luiz Fonseca, justificando que, assim, o discurso receberia uma maior popularização do que a imprensa paulistana poderia oferecer²⁰⁷.

A primeira elaboração de um projeto de lei que teria como objetivo organizar a cidade após o fim da ocupação militar foi apresentada na reunião do dia 9 de agosto, quando foi apresentado o projeto n.58 de 1924, que isentava de emolumentos de reformas e reconstruções os proprietários de prédios danificados durante a revolução de 5 de julho²⁰⁸.

Na sessão realizada no dia 16 de agosto de 1924, o vereador Luiz Fonseca apresentou a principal produção do legislativo paulistano sobre a Revolução, que foi o projeto de lei n. 59 de 1924 que dizia:

A Camara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica o prefeito autorizado a abrir no Thesoro um credito especial de 200:000\$, que serão entregues ao governo do Estado para serem distribuidos entre as viúvas, filhos ou successores, pobres, na

²⁰⁵ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 517.

²⁰⁶ Idem, p. 518.

²⁰⁷ De fato o discurso foi publicado por jornais cariocas, podendo ser visto na edição de 10 de agosto de 1924 do jornal O Paiz, p. 1.

²⁰⁸ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 531.

ordem legal da vocação hereditaria dos officiaes e praças das forças legaes de terra e mar, mortos durante o ultimo movimento revolucionario.

Art. 2º; Para a execução desta lei, a Prefeitura fará as operações de credito que forem necessarias.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 10 de agosto de 1924.

Luiz Fonceca - A. Gurgel - L. A. Pereira de Queiroz - Innocencio Seraphico - M. Pereira Netto - Julio Silva - F. Rodrigues Seckler - Orlando de Almeida Prado - R. Duprat²⁰⁹.

Foi requerido que o projeto de lei n.59/1924 fosse enviado às Câmaras Municipais do interior paulista, o que resultou na chegada de diversos officios dos prefeitos e presidentes dessas casas legislativas se comprometendo com o auxílio financeiro ao projeto ou, pelo menos, na possibilidade de discussão entre os vereadores²¹⁰.

Na mesma sessão foi feito um discurso, do vereador Carlos de Paiva Meira, defendendo a ação de Firmiano Pinto durante a revolta militar, no qual o prefeito é foi apresentado como o verdadeiro salvador da cidade, sem aceitar proteção e benevolência dos revoltosos. Paiva Meira criticou os vereadores que se ausentaram da cidade durante o mês de julho, afirmando que eles poderiam ter auxiliado o prefeito da mesma forma que ele, lutando com armas contra os revolucionários, o que causa uma discussão com os demais presentes, que se sentiram atacados pela fala do vereador²¹¹.

De fato, é possível encontrar menções aos vereadores nos livros memoriais e no relatório produzido pelo prefeito para ser entregue à Câmara Municipal. Foi localizada a atividade de alguns deles, como o Vereador Luiz Augusto Pereira de Queiroz, que enquanto vice-prefeito do município, foi mandado para organizar a Comissão de Abastecimento em Campinas, facilitando a vinda dos principais gêneros alimentícios para a cidade, o Vereador

²⁰⁹ Idem, p. 534.

²¹⁰ Ver os officios OF0144-1924 da cidade de São Joaquim, OF0141-1924 da cidade de Altinópolis, OF0138-1924 da cidade de Torrinha, OF0135-1924 da cidade de Bernardino de Campos, OF0128-1924 da cidade de Campo Largo de Sorocaba, OF0127-1924 da cidade de Candido Mota, OF0124-1924 da cidade de Conchas, OF0123-1924 da cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, OF0118-1924 da cidade de Avaré, OF0117-1924 da cidade de Birigui, OF0116-1924 da cidade de Jacareí, OF0115-1924 da cidade de Piracicaba.

²¹¹ Annaes da Câmara Municipal de 1924. p. 535-544.

Henrique de Souza Queiroz que foi o responsável pela organização da Guarda Civil²¹², além de Carlos de Paiva Meira²¹³ e Julio Silva²¹⁴, que se juntaram à Guarda Civil para policiar a cidade. Horácio de Mello figura entre os nomes dos integrantes da Sub-Comissão de Socorros aos indigentes, organizado pela prefeitura²¹⁵. A atuação dos vereadores durante o mês de julho de 1924 partiu de uma iniciativa particular de cada um e não enquanto instituição representativa da população da cidade.

A vida legislativa da cidade voltou ao seu usual, com os diversos requerimentos de calçamento, alinhamento de ruas, aberturas de novas ruas e outras obras de melhoramentos da cidade.

²¹²SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 15.

²¹³ Idem, p. 32.

²¹⁴ Idem, p. 32.

²¹⁵ SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). op. cit. p. 28.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação militar da cidade, que durou 23 dias, alterou profundamente o dia a dia da população paulistana, e não poderia ser diferente. Os bombardeios, as trincheiras e os confrontos alteraram a circulação das pessoas, paralisaram a atividade laboral da “capital do trabalho e do progresso”, foram responsáveis por um intenso deslocamento de pessoas, que visando fugir as áreas mais atingidas, se refugiaram nos arredores da cidade.

O chefe do governo estadual, Carlos de Campos, e seus principais aliados, abandonaram a cidade, e tomavam suas decisões sem ver diretamente as suas consequências. Em compensação, as duas principais figuras que estiveram na dianteira da organização da cidade durante o levante militar, o Prefeito Firmiano Pinto e o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, sofreram graves implicações após o fim do conflito. Ambos foram acusados pela polícia de auxílio às tropas revolucionárias, sendo Firmiano de Moraes Pinto acusado como coautor da Revolução e José Carlos de Macedo Soares um dos “cabeças” do movimento²¹⁶.

No dia 04 de agosto de 1924, José Carlos de Macedo Soares foi detido, tendo permanecido na prisão por dois meses e quando solto, partiu em exílio para a Europa. Macedo Soares acabou não respondendo ao processo, que foi realizado no ano seguinte, pois figurou entre os que somente exerceram funções a fim de manter a ordem, quando se ausentava o poder legal²¹⁷.

O prefeito da cidade à época, Firmiano de Moraes Pinto, também acabou não respondendo ao processo, pela mesma justificativa dada a José Carlos de Macedo Soares²¹⁸. O Prefeito foi defendido pelo advogado Francisco Morato²¹⁹, sendo sua defesa publicada em

²¹⁶ MORATO, Francisco. Defesa do Dr. Firmiano Pinto Prefeito de São Paulo. Secção de Obras D’o Estado de S. Paulo, São Paulo, 1925. p.34-35.

²¹⁷ KELLER, Vilma. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo Acesso em 12/11/2019.

²¹⁸ FRANCO, Dirceu. Verbetes CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINTO,%20Firmiano%20de%20Moraes.pdf> acesso em 12/11/2019

²¹⁹ Francisco Antônio de Almeida Morato nasceu em Piracicaba (SP) em 1868, bacharelou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1888. Foi vereador em sua cidade natal, um dos fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo, em 1916 e docente da Faculdade de Direito de São Paulo. Foi também um dos fundadores do Partido Democrático, tendo sido eleito Deputado Federal pelo partido, de 1927 a 1929. Foi apoiador da candidatura de Getúlio Vargas, apoiando também a Revolução de 1930, porém descontente com a política de Vargas para o estado, fez oposição ao presidente. Foi um dos articuladores da Revolução Constitucionalista de 1932. Faleceu em São Paulo, em 1948. MAYER, Jorge Miguel. Verbetes CPDOC-FGV. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antonio-de-almeida-morato

forma de livro. Na argumentação de Francisco Morato, o prefeito só teria cumprido o seu dever de não abandonar a cidade, e que não poderia ser coautor do movimento, já que o seu trabalho para organização da cidade, não foi decisivo para a atuação dos militares revolucionários²²⁰.

A cidade foi retomando seu ritmo habitual após o fim do levante, embora tivesse que reconstruir boa parte dos imóveis que sofreram com a artilharia dos exércitos. Os projetos de indenização à população, que perdeu entes em consequência das ações militares e a isenção de impostos para a reconstrução dos imóveis veio facilitar que a vida cotidiana voltasse, aos poucos, a ser cotidiana.

acesso em 12/11/2019.

²²⁰ MORATO, op. cit. p. 42-45.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA:

AQUINO, Laura Cristina M. de. **A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo**. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

ASSUNÇÃO FILHO, Francisco Moacir. **São Paulo deve ser destruída**. 1a ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **1924 – Delenda São Paulo: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12832>

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos**. São Paulo: EDUSP, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco e COHEN, Ilka Stern. **A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932**. In: Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo. São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. **Os sentidos do Tenentismo: Memória, história e Historiografia**. Tese de doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1987.

CASTRO, Maria Clara Spada. **Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Paulista**. 91f. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado/Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/8258441/TENENTISMO_EM_1924_A_PARTICIPAÇÃO_CIVIL_NA_REVOLUÇÃO_PAULISTA

_____. **Além da Marcha: a (re) formação da Coluna Miguel Costa – Prestes**. Guarulhos: Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 2016. 167 f., 2016. Disponível em: www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/46836

COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A revolução de 1924**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **Imagens de 1924.** In Revista STUDIUM n°. 21, inverno de 2005.
Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/21/studium-21.pdf>

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **Rebelião de 1924 em São Paulo.** São Paulo: HUCITEC, 1976.

GARCIA, Rodrigo. **Perfil Antonio Prado.** Revista Apartes, n° 24. mar/jun/2017.
Disponível em: www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-24-mar-jun2017/no-24-perf-antonio-prado/

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República.** In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares.** In *Projeto História - História e Cultura*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ, n° 10, dezembro/1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>

PEREIRA, Duarte Pacheco. **1924 O diário da Revolução: Os 23 dias que abalaram São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - Fundação Energia e Saneamento, 2010.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936).** Sem paginação. Disponível em: [www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20além%20da%20lei,%20legislação%20urbanística%20e%20cidadania%20\(São%20Paulo%201886-1936\).pdf](http://www.fau.usp.br/arquivos/disciplinas/au/aup0278/Bibliografia%20Complementar/ROLNIK,%20R.%20Para%20além%20da%20lei,%20legislação%20urbanística%20e%20cidadania%20(São%20Paulo%201886-1936).pdf)

_____. **A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** Studio Nobel: Fapesp. São Paulo, 1997.

ROMANI, Carlo. **A Revolta de 1924 em São Paulo: Uma história mal contada.** In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMENICIS, Rafael. (Org.). História do anarquismo no Brasil. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. Disponível em: http://unirio.academia.edu/CarloRomani/Books/1296084/A_revolta_de_1924_em_Sao_Paulo_uma_historia_mal_contada._IN_Carlos_Augusto_ADDOR_e_Rafael_DEMENICIS_org._Historia_do_anarquismo_no_Brasil_volume_2._Achiamé_Rio_de_Janeiro_2009

_____. **Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e as práticas de controle político e social.** Topoi, Rio de Janeiro, Vol. 12, p. 161-178,

2011.p.162. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00161.pdf>

SAES, Flávio. **São Paulo republicana: vida econômica.** In. Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo (vol. III). São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915.** 2ª ed. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, 2003.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Séries fotográficas narram um evento: 1924/ São Paulo.** in Revista STUDIUM n°. 8, verão de 2002. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/studium-8.pdf>

SEGAWA, Hugo. **São Paulo, veios e fluxos, 1872-1954.** n. Paula Porta. (Org.). História da Cidade de São Paulo (vol. III). São Paulo: Petrobrás/Paz e Terra, 2005.

UEÓCKA, Lorayne Garcia. **1924: Dossiê de uma rebelião. Operários ante a sedição paulista.** São Paulo, 1991. 343f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

VERBETES DO CPDOC-FGV

BIONDI, Luigi. **IMIGRAÇÃO.** n.p. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>

CPDOC. **Movimento Tenentista.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>

CPDOC. **Coluna Prestes.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/ColunaPrestes>.

CPDOC. **Revolução de 1930.** Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>.

CPDOC. **Estado de Sítio.** Disponível em: www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-sitio.

CPDOC. Verbetes Primeira República. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CABANAS,%20João.pdf>

DIAS, Sônia. **Duarte Leopoldo e Silva.** Disponível em: www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/silva-duarte-leopoldo-e

FRANCO, Dirceu. **Firmiano Pinto.** Verbetes CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PINTO,%20Firmiano%20de%20Morais.pdf>

HIPÓLITO, Regina. **Joaquim Távora.** Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-do-nascimento-fernandes-tavora.

HIPÓLITO, Regina. **Henrique de Sousa Queiros.** Verbetes CPDOC. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-henrique-de-sousa

KELLER, Vilma. **Isidoro Dias Lopes.** Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-isidoro-dias.

KELLER, Vilma. **José Carlos de Macedo Soares.** Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-carlos-de-macedo

MAYER, Jorge Miguel. **Miguel Costa.** www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-alberto-crispim-da-costa

MAYER, Jorge Miguel. **Francisco Morato.** Verbetes CPDOC-FGV. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antonio-de-almeida-morato

PANTOJA, Sílvia. **Juarez Távora.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juarez-do-nascimento-fernandes-tavora>.

PECHMAN, Robert. **Setembrino de Carvalho.** Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-setembrino-de-carvalho.

FONTES

LIVROS DE MEMÓRIA

CABANAS, João. **Revolução de 1924.** Assumpção, 1926.

COSTA, Ciro e GOES, Eurico de. **Sob a metralha: histórico da revolta em São Paulo, de 5 de julho de 1924.** São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

DUARTE, Paulo. **Agora nós!: chronica da revolução paulista, com os perfis de alguns heroes da retaguarda.** São Paulo, 1927.

GEENEN, Henrique. **Aventuras de uma família de São Paulo durante a revolta de julho de 1924.** São Paulo, s.n., 1925.

LEITE, Aureliano. **Dias de pavor: figuras e cenas da revolta de S.Paulo.** São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

MARCIGAGLIA, P. Luís. **Férias de julho: aspectos da revolução militar de 1924 ao redor do Lyceu Salesiano de S.Paulo.** São Paulo, Salesiana, 1927.

PROCESSOS DA JUSTIÇA

COSTA, Carlos da Silva. **Successos subversivos de São Paulo: denuncia apresentada ao Exmo Sr. Dr. Juiz federal da 1a vara de São Paulo.** Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1925.

SÃO PAULO (ESTADO). Polícia Militar. **Movimento subversivo de julho.** São Paulo, Casa Garroux, 1925.

MORATO, Francisco. **Defesa do Dr. Firmiano Pinto Prefeito de São Paulo.** Secção de Obras Do Estado de S. Paulo, São Paulo, 1925.

RELATÓRIO

SAO PAULO (CIDADE). Prefeito, 1920-1926 (Pinto). **A Prefeitura Municipal de S.Paulo em face dos acontecimentos de julho de 1924: relatório apresentado pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto, em sessão da Camara de 27 de setembro do mesmo ano.** São Paulo, 1924.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Annaes da Câmara Municipal de 1924. Disponível em: busca.saopaulo.sp.leg.br/docs/Volumes/an1924.pdf

LEIS

Lei n. 1.972 de 26/09/1924. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-1972-26.09.1924.html>

Jornais:

O Estado de São Paulo, dia **06/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240706-16593-nac-0001-999-1-not>

O Estado de São Paulo, dia **10/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240710-16596-nac-0001-999-1-not>

O Estado de São Paulo, dia **24/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240724-16609-nac-0001-999-1-not>

O Estado de São Paulo, dia **26/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240726-16611-nac-0001-999-1-not>

O Estado de São Paulo. Dia **27/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240727-16612-nac-0001-999-1-not>

O Estado de São Paulo, dia **28/07/1924**. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19240728-16613-nac-0001-999-1-not>

A Platéia, dia **31/07/1924**. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/AP19240731.pdf>

A Platéia, dia **01/08/1924**. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/PL19240801.pdf>

A Platéia, dia **02/08/1924**. Disponível em: 200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/PL19240802.pdf

Correio Paulistano, dia **06/07/1924**. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1924_21910.pdf

Correio Paulistano, dia **29/07/1924**. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1924_21911.pdf

Correio Paulistano, dia **30/07/1924**. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1924_21912.pdf

Correio Paulistano, dia **31/07/1924**. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1924_21913.pdf

ANEXO A –

Duas coleções fotográficas foram citadas durante o segundo capítulo desta monografia. Foram selecionadas algumas como anexos do trabalho.



“Torre d’água furada por bala de canhão”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Efeito de uma granada – Rua Caetano Pinto, 80”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



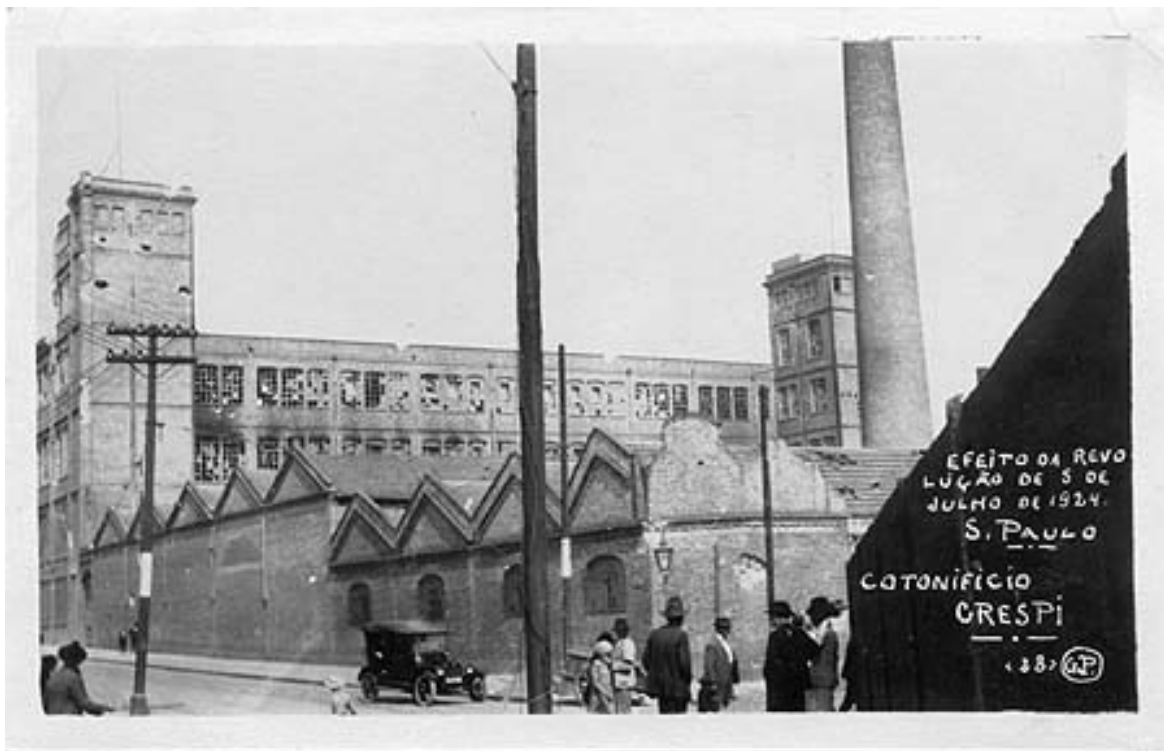
“Incêndio por granada – Rua 25 de março”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Efeito de uma bomba – Rua Helvetia, 2”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Efeito de uma bomba jogada de um aeroplano – Rua Dutra Roiz n° 33-335-37”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Cotonofício Crespi”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Fabrika de biscoitos Duchén”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“I.R.F. Matarazzo”. Gustavo Prugner. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Policia Central”. Série Anônima. Disponível em:
<https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Porta da Igreja do Cambucy”. Série Anônima. Disponível em:
<https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



“Largo Coração Jesus”. Série Anônima. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm> acesso em 14/11/2019



Sem título. Série Anônima. Disponível em: <https://www.studium.iar.unicamp.br/oito/5.htm>
acesso em 14/11/2019